

**II ENCONTRO PRESENCIAL DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO LITORAL DO PARANÁ –
GESTORES DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E CONVIDADOS – MEMÓRIA DE REUNIÃO**

Data: 12 a 14 de agosto de 2026	Local: Ekoa Park, Morretes
Horário: conforme programação e registros apresentados a seguir.	
Participantes: conforme lista de presença constante no Anexo I.	
Programação prevista do Encontro	
12 de agosto — Quarta-feira	
• 08h30 — Abertura dos portões e recepção no Ekôa • 09h00 — Credenciamento e café de boas-vindas • 10h00 — Abertura do Encontro • 10h20 — Apresentação dos participantes • 10h50 — Trajetória e contexto atual do Programa • 12h00 — Almoço • 14h00 — Legado do Programa e grupos de trabalho • 14h45 — Análise das Linhas Temáticas • 15h45 — Intervalo do café • 16h00 — Prioridades e iniciativas estratégicas • 17h00 — Galeria e síntese do dia • 18h00 — Encerramento do dia	
13 de agosto — Quinta-feira	
• 08h30 — Síntese do dia anterior • 09h30 — Mapa de atores do Programa • 09h40 — Articulação e espaços de governança • 10h30 — Intervalo do café e degustação de produtos locais • 10h50 — Laboratórios de articulação e integração • 12h10 — Almoço • 13h40 — Dinâmica de integração • 14h00 — Convergência em plenária • 14h30 — Clínica de gestão • 16h00 — Intervalo do café • 16h15 — Compartilhamento em plenária • 18h00 — Encerramento do dia	
14 de agosto — Sexta-feira	
• 08h30 — Síntese integrada do Encontro • 09h30 — Revisão crítica entre pares • 10h45 — Intervalo do café • 11h00 — Apresentação das revisões e ajustes • 11h30 — Encerramento • 12h00 — Almoço • 13h às 15h — Reunião do Conselho Gestor do Programa, exclusiva para conselheiros	

1. Dia 1 – quarta-feira, 12 de agosto

1.1. 8h30 - Abertura dos portões e recepção no Ekôa Park

A abertura dos portões do Ekôa Park ocorreu às 8h30, dando início à recepção dos participantes do II Encontro Presencial do Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná – Gestores de Unidades de Conservação e Convidados. Na chegada, o grupo foi acolhido pela equipe do Parque e convidado a percorrer uma experiência introdutória, que incluiu uma projeção imersiva em 180° sobre a história de Morretes, seguida da passagem pelo Corredor dos Sentidos e pela Alameda das Artes. O percurso proporcionou um primeiro contato com o espaço e com a proposta socioambiental do Ekôa, conduzindo os participantes até o local de realização das atividades do Encontro (Figura 1).



Figura 1: Recepção dos participantes no Ekôa Park. Crédito: Felipe Nunes

1.2. 09h00 - Credenciamento e café de boas-vindas

Após o percurso de recepção promovido pelo Ekôa Park, os participantes foram direcionados ao espaço do Encontro, onde realizaram o credenciamento e receberam seus crachás e materiais de apoio (Figura 2). Paralelamente, foi servido o café de boas-vindas, proporcionando um momento inicial de acolhimento, reencontro e integração entre gestores de Unidades de Conservação, representantes das instituições parceiras e demais convidados.

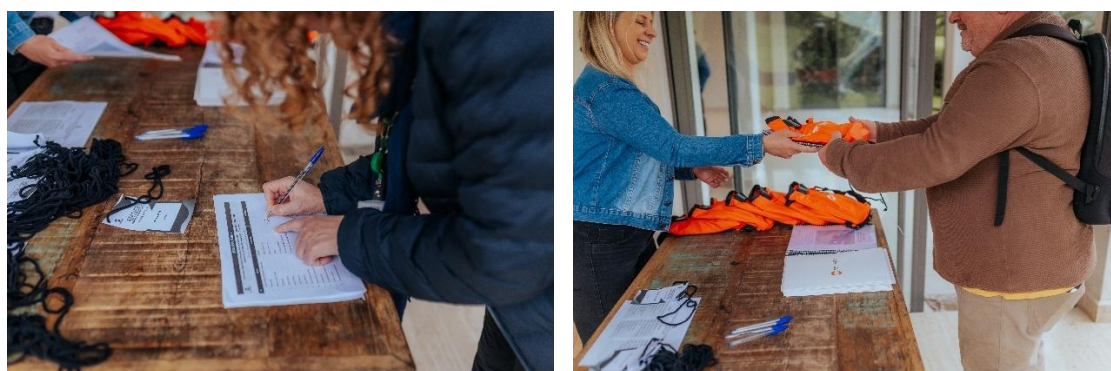


Figura 2: Credenciamento dos participantes. Crédito: Felipe Nunes

1.3. 10h00 - Apresentação dos participantes

O facilitador Márcio Ranauro convidou os participantes a formarem uma roda na área externa. Em uma breve dinâmica de apresentação, cada pessoa compartilhou seu nome e a instituição que representava, possibilitando o reconhecimento do grupo e da diversidade de organizações presentes no Encontro (Figura 3).

Durante esse momento, Rodrigo Torres questionou qual seria o objetivo central do Encontro. Daniela Leite esclareceu a proposta da programação, voltada à avaliação do percurso do Programa, à reflexão coletiva sobre seus resultados e desafios e à construção de contribuições para seu planejamento futuro.



Figura 3: Apresentação dos participantes. *Crédito: Felipe Nunes*

1.4. 10h30 - Abertura do Encontro

Após a apresentação dos participantes, foi realizada a abertura institucional do Encontro, com a participação de Manuela Mossé Muanis, representante do Funbio; Monique Cheker, procuradora do Ministério Público Federal; e Ariel Scheffer da Silva, presidente do Conselho Gestor do Programa (Figura 4).

Manuela contextualizou a chegada do Programa ao Funbio e destacou a relevância do litoral do Paraná para a conservação da biodiversidade. Relembrou que, inicialmente, havia apenas uma proposta geral dentro do Termo de Acordo Judicial (TAJ) e que foi necessário construir coletivamente sua governança, seu planejamento estratégico e os mecanismos para fazer os recursos chegarem ao território. Ressaltou que esse processo exigiu tempo, diálogo, testes e amadurecimento institucional. Após cinco anos, o Programa conta com mecanismos mais consolidados e encontra-se em um momento oportuno para avaliar sua trajetória, definir metas e construir uma visão de futuro, com potencial para inspirar iniciativas em outros territórios.

Monique Cheker resgatou a contribuição das pessoas que, há cerca de 14 anos, iniciaram o processo que possibilitou a criação do Programa. Destacou que os resultados das ações realizadas atualmente poderão ser percebidos ao longo dos próximos 10 a 15 anos e reafirmou que a conservação da biodiversidade constitui seu propósito central. Também ressaltou a

oportunidade singular vivenciada pelo Paraná, tanto pela disponibilidade de recursos destinados à conservação quanto pela existência de uma estrutura de governança e de equipes comprometidas com sua aplicação. Reconheceu, ainda, o papel desempenhado pelo Funbio e pelas pessoas envolvidas na condução do Programa.

Ariel Scheffer da Silva destacou que a insuficiência de recursos foi, durante muitos anos, um dos principais obstáculos à conservação ambiental. Nesse contexto, reconheceu o Programa como um marco para a conservação do litoral do Paraná e como uma experiência que poderá se tornar referência para outros territórios. Também ressaltou que sua implementação envolve desafios, os quais devem ser enfrentados por meio do diálogo e da construção conjunta de soluções.



Figura 4: Mesa de abertura. *Crédito: Felipe Nunes*

1.5. 10h50 - Trajetória e contexto atual do Programa

Daniela Leite apresentou a trajetória de estruturação e implementação do Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná, destacando os principais marcos, aprendizados e desafios identificados desde a disponibilização dos recursos provenientes do TAJ (Figura 5).

Entre 2021 e 2022, os esforços estiveram concentrados na constituição financeira, no alinhamento institucional e na estruturação dos mecanismos operacionais do Programa. Nesse período, foram preparados os sistemas internos do Funbio, definidos os fluxos de interlocução com o ICMBio, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Paraná e publicada a manifestação de interesse para a formação do Conselho Gestor.

Em 2022, avançou-se na estruturação da governança e na elaboração do Plano Estratégico do Litoral do Paraná (PELP), processo que envolveu 14 reuniões técnicas e duas oficinas presenciais. Também foram elaborados outros documentos orientadores, firmado o Acordo de Cooperação entre o Funbio e o ICMBio e implementados os Planos Operativos Emergenciais de Proteção. Daniela destacou que um dos diferenciais do Programa é sua condução compartilhada, realizada por um conjunto de pessoas e instituições, e não de forma centralizada por um único ator.



Os anos de 2023 e 2024 marcaram o início da implementação e a ampliação da escala de atuação. Em 2023, foram lançadas as primeiras chamadas, selecionados 17 projetos e aprovados R\$ 5,2 milhões para iniciativas relacionadas à estruturação das UCs, proteção, gestão socioambiental, RPPNs, manejo e conservação e uso sustentável. Também foram aprovados R\$ 15,9 milhões para ações do ICMBio, firmados acordos de cooperação com Paranaguá, Pontal do Paraná e Guaratuba e realizadas capacitações com parceiros públicos e privados. Ao final daquele ano, 23 Unidades de Conservação haviam sido apoiadas.

Em 2024, houve ampliação da escala de atuação e diversificação dos públicos apoiados, além do início da implementação dos instrumentos de comunicação e monitoramento. Foram alocados R\$ 30 milhões para projetos previstos para o período de 2024 a 2027 e assinados 27 novos projetos, correspondentes a R\$ 18,16 milhões em contratos. Também foram ampliados os acordos de cooperação com o Instituto Água e Terra, o Ibama e o Batalhão de Polícia Militar Ambiental. Nesse período, outras 11 UCs passaram a ser apoiadas, totalizando 34 unidades.

Entre 2025 e 2026, o Programa avançou para uma fase de aprimoramento e maior integração com os atores do território. O acompanhamento das iniciativas permitiu identificar ajustes estratégicos necessários para o ciclo seguinte. Daniela explicou que, inicialmente, as UCs estaduais não estavam contempladas por algumas modalidades de apoio, considerando a expectativa de utilização de recursos do próprio estado, especialmente para a elaboração de planos de manejo e a formação de conselhos gestores. Entretanto, diante do passivo existente e da ausência de previsão para que esses instrumentos chegassem às UCs do litoral, o Conselho Gestor aprovou a destinação de recursos do Programa para atender a essa demanda.

Em 2025, foram intensificadas as visitas presenciais de monitoramento e realizados Seminários de Projetos como instrumentos de acompanhamento e avaliação. Em 2026, foram ampliadas as frentes de apoio, com chamadas voltadas ao uso público, à avaliação de impactos, à implementação de planos de manejo e à formação de conselhos gestores. Também foi incorporado um recurso adicional aproximado de R\$ 16 milhões e prevista uma chamada direcionada à articulação institucional.

A síntese apresentada demonstrou o crescimento progressivo da execução financeira do Programa: R\$ 1,35 milhão em 2022; R\$ 4,88 milhões em 2023; R\$ 12,88 milhões em 2024; e R\$ 14,55 milhões em 2025. Ao final de 2025, haviam sido contratados 57 projetos e apoiadas 34 Unidades de Conservação. Daniela informou ainda que o Programa dispõe atualmente de aproximadamente R\$ 135 milhões de saldo estimado e ressaltou que, embora sua capacidade de investimento seja hoje superior à existente no início da implementação, as demandas do território e das UCs permanecem numerosas, reforçando a necessidade de articulação com outras fontes de recursos.

Principais aprendizados

A implementação demonstrou a necessidade de revisões periódicas nos instrumentos e nas formas de apoio do Programa. Embora o PELP tenha orientado sua fase inicial, a experiência



acumulada evidenciou a importância de definir metas e prioridades mais claras, preservando a flexibilidade necessária para responder às mudanças do território.

Outro aprendizado foi que projetos relevantes para a conservação nem sempre apresentam conexão direta com a gestão das Unidades de Conservação e suas prioridades. A ampliação dos investimentos mostrou que apoiar projetos isoladamente não é suficiente, sendo necessário fortalecer as bases de gestão das UCs e ampliar a integração territorial. As Unidades de Conservação passaram, assim, a ser compreendidas como eixos estruturantes para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento do território.

A partir de 2025, o Programa respondeu a esses aprendizados por meio de uma gestão adaptativa, ajustando chamadas e modalidades de execução às necessidades identificadas. O monitoramento também passou a desempenhar um papel mais direto no apoio à tomada de decisão, contribuindo para analisar os resultados dos projetos, identificar lacunas e orientar prioridades. Até aquele momento, ao longo de 2025 e primeiro semestre de 2026, haviam sido realizados 11 seminários de avaliação, envolvendo 32 projetos, além de 22 visitas in loco ou reuniões de monitoramento.

Daniela destacou como diferenciais do Programa a gestão adaptativa, a diversidade de parceiros, a capacidade de articulação, a centralidade das Unidades de Conservação e a visão integrada do território. O apoio pôde alcançar órgãos gestores, instituições públicas, organizações da sociedade civil, universidades, comunidades, órgãos de proteção e outros atores capazes de contribuir para a conservação ou reduzir as pressões sobre as áreas protegidas.

Perspectivas para 2026 e 2027

Para o próximo período, foram destacadas a atualização do Plano Estratégico, a definição de metas e prioridades, o fortalecimento das ações estratégicas de comunicação, a integração das UCs com seu entorno e a articulação com outros fundos e fontes de financiamento existentes no litoral do Paraná.

Daniela ressaltou que as contribuições produzidas durante o Encontro servirão de subsídio para a revisão do PELP. Também mencionou a necessidade de revisão do Plano de Comunicação, com a perspectiva de realização de um encontro específico sobre o tema, inicialmente previsto para novembro.

Ao finalizar, apresentou três questões centrais para o futuro do Programa: onde se pretende chegar nos próximos dez anos; quais mudanças se espera promover nas UCs e em seu entorno; e como articular recursos e iniciativas para evitar sobreposições e ampliar a complementaridade dos investimentos no território.



Figura 5: Apresentação sobre a trajetória e contexto atual do Programa, realizada por Daniela Leite. Crédito: Felipe Nunes

1.6. 11h20 - Monitoramento e resultados parciais do Programa

Na sequência, Mariana Gogola apresentou a estrutura de monitoramento, indicadores e resultados parciais do Programa, considerando as informações consolidadas até 2025 (Figura 6). Explicou que o monitoramento deve ultrapassar o registro de atividades e entregas, funcionando como uma ferramenta de aprendizagem, tomada de decisão e correção de rumos.

O monitoramento foi estruturado em três eixos principais:

- **Gestão do Programa:** acompanhamento da execução, do funcionamento da governança e da articulação de novos recursos;
- **Contribuição dos projetos:** análise dos 29 projetos considerados no recorte de monitoramento até 2025, compreendidos como mecanismos de implementação do Programa;
- **Fortalecimento das Unidades de Conservação:** acompanhamento de 32 UCs apoiadas até 2025, espaços nos quais se materializam os resultados do Programa.

As informações foram coletadas por meio de formulários e trianguladas com dados provenientes das visitas de monitoramento, relatórios dos projetos, sistemas de acompanhamento, seminários e outras fontes. Mariana explicou que o monitoramento deve evoluir progressivamente: no curto prazo, com informações fornecidas principalmente pelos executores; no médio prazo, com o amadurecimento dos conceitos e o apoio de avaliações externas; e, no longo prazo, por meio de estudos de impacto.

Articulação institucional e integração territorial

Doze projetos desenvolveram ações relacionadas à articulação, à governança e à gestão territorial, para além da atuação direta dos órgãos gestores das UCs. A análise identificou 109 atores, entre instituições e grupos sociais envolvidos na execução ou no acompanhamento das ações apoiadas.



O conjunto de parceiros contempla órgãos gestores, organizações da sociedade civil, redes, fóruns e espaços de governança, comunidades e organizações locais, instituições de pesquisa e ensino e órgãos de proteção. Essa diversidade evidencia o caráter articulador do Programa e a necessidade de compreender a conservação a partir de uma visão integrada do território.

Proteção

No eixo de proteção, 14 projetos desenvolveram ações pontuais ou contínuas voltadas à proteção territorial. Quatro deles foram executados por órgãos de comando e controle: Polícia Federal, Batalhão de Polícia Militar Ambiental, Guarda Civil Municipal de Paranaguá e Ibama.

Oito projetos contribuíram para a estruturação ou o fortalecimento de sistemas de proteção integrada, envolvendo 17 Unidades de Conservação. Entre os exemplos apresentados, destacaram-se:

- a criação do Centro de Operações Policiais Ambientais pelo Batalhão de Polícia Militar Ambiental, com integração entre ICMBio, IAT, Ministério Público, Polícia Federal e organizações da sociedade civil;
- as Ações Integradas de Fiscalização Ambiental, realizadas pela Guarda Civil Municipal de Paranaguá para a proteção de manguezais, Áreas de Preservação Permanente, áreas rurais e remanescentes de vegetação nativa;
- a sistematização de dados e o desenvolvimento de ferramentas de análise e monitoramento da cobertura vegetal pelo Geolitoral/Lageamb;
- a implementação da ferramenta SMART e do Programa Monitora nas Unidades de Conservação federais, em parceria entre o IPeC e o ICMBio.

Manejo e conservação

No eixo de manejo e conservação, 12 projetos realizaram o monitoramento de 54 Recursos e Valores Fundamentais – RVs, envolvendo 19 Unidades de Conservação. Esse número corresponde a aproximadamente 62% da lista oficial de RVs considerada no monitoramento.

As iniciativas abrangeram ambientes costeiros e marinhos, ambientes continentais, serviços ecossistêmicos e valores socioambientais. Entre os produtos gerados estão subsídios para a gestão das UCs, recomendações de manejo, protocolos, capacitações e treinamentos.

Oito projetos, além das ações desenvolvidas pelo NGL Antonina–Guaraqueçaba, contribuíram para a implementação de Planos de Ação Nacional voltados à conservação de espécies ameaçadas. As contribuições envolveram o monitoramento de espécies, o manejo e a conservação de populações e a proteção de habitats, contemplando:

- PAN Aves da Mata Atlântica;
- PAN Tartarugas Marinhas;
- PAN Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção;

- PAN Ungulados;
- PAN Primatas da Mata Atlântica e Preguiça-de-coleira;
- PAN Manguezal;
- PAN Grandes Felinos;
- Plano de Ação Estadual para a Conservação de Grandes Felinos do Paraná.

Dos 29 projetos avaliados, nove foram identificados como contribuintes diretos para a gestão das UCs. Essas contribuições incluíram o fortalecimento da capacidade técnica e institucional, a produção de subsídios para o manejo de espécies, a integração territorial, o apoio à comunicação e à governança participativa e a elaboração de instrumentos técnicos de gestão.

Fortalecimento das Unidades de Conservação

Até 2025, 32 Unidades de Conservação haviam sido apoiadas pelo Programa, o equivalente a aproximadamente 62% das UCs do território considerado. A execução financeira destinada às UCs federais totalizou cerca de R\$ 12,6 milhões, enquanto o apoio direcionado às UCs estaduais, municipais e RPPNs somou aproximadamente R\$ 2,2 milhões.

O monitoramento também acompanhou avanços relacionados à criação e ampliação de áreas protegidas, à atuação dos conselhos gestores, à elaboração e revisão dos planos de manejo, à produção de outros instrumentos de gestão e à sinalização das UCs.

Entre os resultados apresentados, destacaram-se:

- apoio à criação dos 16 hectares da RPPN Esperança;
- 10 UCs com conselhos gestores ativos;
- 14 UCs com conselhos em formação, fortalecimento ou processo de contratação;
- 08 UCs com planos de manejo vigentes;
- 12 UCs com planos de manejo em elaboração, revisão ou contratação;
- 08 instrumentos complementares de gestão concluídos ou em elaboração;
- apoio à implantação, manutenção ou planejamento da sinalização em 22 UCs.

Além dos planos de manejo, foram apoiados planos de monitoramento, protocolos de visitação, planos de proteção, planos de uso público, Projetos Político-Pedagógicos de Educação Ambiental, um documento de apoio à gestão das RPPNs do Lagamar Paranaense e planos de intervenção voltados ao fortalecimento dos conselhos e à implementação dos instrumentos de gestão.

Indicadores de resultados

Mariana apresentou indicadores destinados a acompanhar a estruturação e a consolidação das UCs, a proteção territorial e o manejo e conservação. Entre os indicadores previstos estão:

- incremento da área protegida no território;
- efetividade da gestão, medida por meio do SAMGe;
- volume de repasses do ICMS Ecológico;
- percepção dos atores envolvidos;
- implementação dos planos de uso público;
- incremento da visitação e do uso público;
- redução do desmatamento no litoral do Paraná;
- parâmetros populacionais de espécies exóticas;
- contribuições do Programa para a implementação dos PANs.

Ela ressaltou que muitos desses indicadores ainda estão em fase de amadurecimento e que a consolidação de séries históricas permitirá uma análise mais robusta dos resultados nos próximos ciclos.

Desafios e perspectivas

A apresentação destacou três desafios centrais. O primeiro é ampliar a conexão entre os projetos e as prioridades das Unidades de Conservação, uma vez que apenas nove dos 29 projetos avaliados demonstraram contribuição direta para sua gestão. Alguns projetos apresentam boa execução técnica, mas ainda não evidenciam de forma clara como seus produtos apoiam decisões, manejo, proteção ou melhorias na gestão das UCs.

O segundo desafio refere-se aos indicadores, ainda fortemente orientados à execução e às entregas. O sistema atual permite caracterizar projetos, temas, atores e produtos, mas ainda precisa avançar como instrumento de avaliação de desempenho, alcance de metas e impactos.

O terceiro desafio é a capacidade operacional necessária para o acompanhamento sistemático. O monitoramento demanda tempo das equipes, participação dos gestores e coordenadores dos projetos, análise técnica e financeira e capacidade de encaminhar ajustes durante a execução.

Como perspectivas, Mariana indicou a necessidade de:

- articular seminários, visitas, reuniões, análises de relatórios e momentos de devolutiva;
- prever atividades de monitoramento no início, durante e ao final dos projetos;

- utilizar as informações produzidas para realizar ajustes ainda durante a execução;
- revisar os indicadores a partir da atualização do PELP;
- estabelecer padrões para entrega, organização, compartilhamento e uso dos dados;
- ampliar a integração e a complementaridade entre projetos, reduzindo lacunas e sobreposições.

Ao concluir, destacou que o Programa já possui uma base expressiva de projetos, atores e resultados em construção. Nesse contexto, o monitoramento deve apoiar a gestão adaptativa e orientar as decisões necessárias para ampliar continuamente as contribuições do Programa à conservação da biodiversidade do litoral do Paraná.



Figura 6: Apresentação sobre o Monitoramento e resultados parciais do Programa, realizada por Mariana Gogola. Crédito: Felipe Nunes

1.7. 11h45 - Debate em plenária

Após as apresentações de Daniela Leite e Mariana Gogola, foi aberto um momento de diálogo com os participantes. As contribuições abordaram principalmente o aprimoramento dos indicadores, a gestão de dados, os gargalos operacionais, a estruturação das Unidades de Conservação, a capacidade de execução e os limites de atuação do Programa (Figura 7).

Indicadores de biodiversidade, pressões e proteção territorial

Roberto Fusco sugeriu ampliar os indicadores de resultados relacionados à biodiversidade e às pressões antrópicas. Além do desmatamento, mencionou a importância de acompanhar tendências populacionais da fauna e da flora e pressões como caça e extração ilegal de palmito.

Monique Cheker ponderou que o enfrentamento dessas práticas depende também da atuação dos órgãos responsáveis pela persecução penal. Destacou que o investimento em fiscalização e monitoramento precisa ser acompanhado por uma articulação permanente com as instituições responsáveis pela responsabilização dos infratores. Fusco acrescentou que parte desse acompanhamento poderia ser implementada pelas próprias UCs, por meio de patrulhamento e outros mecanismos de proteção territorial.



Mariana esclareceu que indicadores relacionados a essas pressões estão previstos no conjunto mais amplo de monitoramento apresentado no material impresso entregue aos participantes, intitulado **Do Diálogo à Ação**, embora nem todos tenham sido detalhados durante a exposição.

Gestão e integração dos dados

Ariel Scheffer retomou uma discussão iniciada no encontro anterior sobre a importância da gestão dos dados produzidos pelo Programa. Destacou o apoio ao Lageamb e os avanços na organização das informações, ressaltando seu potencial para subsidiar a gestão das Unidades de Conservação.

Manuela Muanis reforçou a necessidade de ampliar o georreferenciamento das ações, avançar na utilização do Power BI e integrar informações de diferentes projetos, inclusive daqueles financiados por outras fontes ou programas administrados pelo Funbio.

Monique acrescentou que tecnologias como monitoramento remoto, câmeras e registros sonoros podem ampliar a capacidade de fiscalização. Contudo, reiterou que essas ferramentas não substituem o diálogo e a articulação com os órgãos responsáveis pelos procedimentos de responsabilização.

Gargalos operacionais e capacidade de execução

Rodrigo Torres propôs que o Programa promovesse uma discussão específica sobre os gargalos enfrentados pelas equipes das UCs, pelo Funbio e pelo Conselho Gestor. Segundo ele, identificar essas dificuldades poderia contribuir para melhorar a execução das iniciativas.

Daniela concordou com a relevância da proposta e reconheceu a existência de gargalos também no Funbio, instituição que conta com aproximadamente 160 funcionários responsáveis por cerca de 70 programas. Explicou que alguns processos podem ser ajustados, enquanto outros decorrem de exigências institucionais e burocráticas que não podem ser solucionadas exclusivamente no âmbito do Programa. Ainda assim, considerou importante identificar os obstáculos e buscar alternativas possíveis.

Ao tratar da capacidade financeira e operacional, Rogério Cabral questionou se o volume executado representava o limite do Programa. Daniela esclareceu que há capacidade para ampliar a execução, especialmente à medida que as UCs e os parceiros sejam fortalecidos e consigam estruturar melhor suas demandas. Ressaltou, entretanto, que o desafio não se restringe à disponibilidade de recursos.

Manuela confirmou que o Programa possui capacidade para executar valores superiores e que sua estrutura financeira pode ser ampliada, inclusive com vistas à continuidade no longo prazo. Destacou que demandas mais bem estruturadas e encaminhadas com antecedência tendem a tramitar mais rapidamente, embora reconheça a existência de processos a serem aperfeiçoados.



Indicadores de execução, resultados e impactos

Ana Saupe observou que o monitoramento apresentado reunia muitos indicadores de execução, mas ainda poucos indicadores de resultados. Considerando os cinco anos de trajetória do Programa, destacou a necessidade de avançar na avaliação de mudanças ambientais e socioambientais e na compreensão da contribuição efetiva das ações apoiadas.

Mariana explicou que a fase de execução mais intensa teve início em 2024, contando portanto com 2,5 anos de execução efetivamente, em todo o território do litoral do Paraná, englobando 07 municípios. Foi iniciado o apoio a 34 unidades de conservação que se encontravam em estado mínimo de implementação, sem disponibilidade de infraestrutura ou equipamentos básicos, como computadores, veículos, local adequado de trabalho, embarcações, etc. Em um primeiro momento o Programa apoiou (e vem apoiando) esta estruturação que dê condições mínimas de gestão. Concomitantemente, o Programa vem apoiando também a elaboração de ferramentas de gestão, como planos de manejo, conselhos gestores, planos emergenciais de uso público e outras. Por todo esse contexto, os próximos ciclos deverão oferecer séries históricas mais consistentes, especialmente a partir dos projetos de monitoramento. Também ponderou que é metodologicamente difícil isolar os resultados produzidos exclusivamente pelo Programa, uma vez que as mudanças observadas no território decorrem de diferentes iniciativas e fatores.

Monique apresentou como exemplo o acompanhamento de ocupações em áreas de manguezal de Paranaguá, no qual foi observada redução nos índices de invasão. Argumentou que, diante da ausência de outras políticas públicas atuando com a mesma finalidade naquele contexto, é possível reconhecer a contribuição das ações apoiadas pelo Programa. Ressaltou que o objetivo final deve ser a produção de resultados ambientais e socioambientais concretos.

Estruturação institucional e articulação de recursos

Monique defendeu que o fortalecimento e a estruturação dos órgãos responsáveis pela conservação sejam tratados como prioridade. Segundo ela, mesmo quando os resultados não aparecem de maneira direta nos indicadores ambientais, o investimento em equipes, equipamentos, sistemas e capacidade institucional produz efeitos essenciais para a conservação.

Ariel destacou que existem outros financiadores com atuação e interesses convergentes no litoral do Paraná. Defendeu a ampliação do diálogo para estabelecer parcerias, atrair novos recursos, promover sinergias e evitar sobreposições. Manuela informou que existem outros editais e oportunidades de financiamento e recomendou que as instituições acompanhem essas possibilidades.

Edgar, representante da Secretaria Municipal de Guaratuba, destacou um exemplo dos efeitos concretos do Programa na realidade das UCs. Relatou que uma unidade cujo acesso era realizado exclusivamente por embarcação não possuía barco próprio e que o apoio recebido



vem permitindo estruturar a Secretaria, viabilizar suas ações e formar a equipe, transformando sua capacidade de atuação no território.

Dimensão social e limites de atuação do Programa

Rodrigo Delonga questionou em que medida o Programa poderia contemplar demandas sociais associadas aos territórios das UCs, citando como exemplo o déficit habitacional em áreas de manguezal.

Monique esclareceu que projetos sociais podem ser apoiados quando apresentarem relação direta com a conservação da biodiversidade. Demandas habitacionais, apesar de relevantes, devem ser atendidas por outras políticas e fontes de recursos. Daniela citou como exemplo uma demanda do NGI Antonina–Guaraqueçaba relacionada ao controle populacional e aos cuidados sanitários de cães e gatos no Parque Nacional do Superagui, ressaltando que iniciativas que reduzam de forma imediata impacto direto nas UCs podem ser avaliadas e contempladas.

ICMS Ecológico

Rodrigo Condé destacou o ICMS Ecológico como uma ferramenta relevante para conectar a conservação às demandas da sociedade. Observou que a criação e a manutenção das UCs ampliam os repasses aos municípios, mas que essa relação ainda é pouco compreendida pelas prefeituras e pela população. Defendeu maior transparência e comunicação sobre a origem e a utilização desses recursos.

Mariana informou que o acompanhamento do ICMS Ecológico está previsto entre os indicadores de resultados do Programa. Jackson alertou, entretanto, para as incertezas relacionadas aos efeitos da reforma tributária sobre esse mecanismo.

Encerramento do bloco

Ao final do debate, Rogério Cabral retomou a pergunta que orientaria as atividades da tarde: quais impactos efetivos o Programa pretende produzir e qual legado deseja deixar para o litoral do Paraná?

Também antecipou que, no dia seguinte, os participantes trabalhariam em laboratórios de articulação e integração e em uma clínica de gestão, voltados à identificação de melhorias necessárias para ampliar a capacidade do Programa de entregar resultados.



Figura 7: Discussão em plenária após as apresentações. *Crédito: Felipe Nunes*

1.8. 14h05 - Dinâmica de integração

As atividades da tarde foram retomadas com uma dinâmica de integração conduzida por Márcio Ranauro. Cada participante recebeu, afixada nas costas, uma etiqueta com o nome de uma Unidade de Conservação apoiada pelo Programa, sem saber qual unidade lhe havia sido atribuída (Figura 8).

Os nomes das UCs foram distribuídos em pares, e o objetivo era que cada participante encontrasse a pessoa que possuía a mesma unidade. Durante a atividade, não era permitido falar, apontar ou utilizar as mãos, que deveriam permanecer para trás. Assim, o grupo precisou se comunicar e cooperar por meio de gestos e movimentos até que todas as duplas fossem formadas.

A dinâmica promoveu a interação entre os participantes, retomou simbolicamente a centralidade das Unidades de Conservação no Programa e preparou o grupo para o exercício seguinte, dedicado à construção de uma visão de futuro e à reflexão sobre o legado esperado para 2037.



Figura 8: Dinâmica de integração – identificação de duplas. *Crédito: Felipe Nunes*



1.9. 14h15 - Legado do Programa: mudanças esperadas para 2037

Após a dinâmica de integração, Rogério Cabral conduziu uma reflexão sobre os resultados e impactos de longo prazo esperados para o Programa Biodiversidade Litoral do Paraná (Figura 9).

Rogério lembrou sua participação na construção do planejamento estratégico do Programa, realizada em 2022. Naquele processo, foram definidos os Recursos e Valores Fundamentais do território, identificadas as principais ameaças e estabelecidas iniciativas estratégicas voltadas à redução de seus impactos. Ressaltou, contudo, que o planejamento deve ser compreendido como um instrumento vivo, capaz de incorporar os aprendizados da implementação e orientar os ciclos seguintes.

Do financiamento ao legado

A apresentação destacou que o legado do Programa não corresponde simplesmente à soma dos projetos, atividades e estruturas financiadas. O legado está naquilo que permanecerá diferente no território como resultado de sua atuação, mesmo após o encerramento das intervenções que deram origem às mudanças.

Essa perspectiva envolve três dimensões articuladas:

- sustentabilidade de longo prazo;
- transformação de ações estruturantes em resultados efetivos;
- produção de impactos duradouros para a conservação.

Rogério apresentou referências internacionais que vêm ampliando a demanda por evidências, transparência e demonstração de resultados, com maior conexão entre desempenho, tomada de decisão, biodiversidade, clima e desenvolvimento. Entre elas, destacou o Marco Global da Biodiversidade, que propõe ações urgentes e transformadoras, metas para 2030, uma visão de longo prazo para 2050 e mecanismos contínuos de monitoramento e revisão.

Nesse contexto, mencionou a Meta 3 do Marco Global da Biodiversidade, conhecida como “30 por 30”, que prevê a conservação de pelo menos 30% das áreas terrestres, de águas interiores, costeiras e marinhas até 2030. Para além da extensão das áreas protegidas, a meta enfatiza sua efetividade, conectividade, representatividade e governança equitativa.

Da execução para a transformação

A apresentação propôs uma mudança na forma de avaliar o Programa. Além de perguntar “O que fizemos?” e “O que entregamos?”, é necessário avançar para questões como:

- O que mudou?
- A mudança se sustenta ao longo do tempo?

- Como as entregas fortaleceram capacidades?
- Que transformações ocorreram nas UCs, no território e na relação com a sociedade?

Rogério destacou que monitorar resultados significa utilizar evidências para compreender mudanças, aprender com a implementação e ajustar decisões. Também ponderou que, quanto mais abrangente e relevante for o resultado esperado, mais difícil será atribuí-lo exclusivamente a uma ação, projeto ou instituição.

Foi apresentado o Modelo de Resultados do Funbio, estruturado a partir de quatro dimensões:

- **Impacto:** transformações estruturais de longo prazo para as quais os projetos contribuem;
- **Resultados:** mudanças mensuráveis associadas às intervenções e agregadas por Linhas Temáticas;
- **Condições habilitadoras:** capacidades estruturais que permitem a continuidade, a replicação e a ampliação dos resultados;
- **Gestão do portfólio:** consolidação dos resultados dos projetos para avaliar o desempenho da carteira e orientar a gestão institucional.

A relação entre entregas e legado foi sintetizada no seguinte percurso:

Entregas → capacidades criadas → mudanças no território → legado

Planos de manejo, equipamentos, conselhos, dados, infraestrutura e capacitações representam entregas importantes, mas não constituem, isoladamente, o legado. Essas entregas precisam contribuir para UCs mais estruturadas, decisões baseadas em evidências, maior articulação entre os atores e uma gestão mais efetiva. Essas capacidades, por sua vez, devem produzir mudanças como melhor gestão das pressões, maior proteção da biodiversidade, conectividade, resiliência e benefícios locais compatíveis com a conservação.

O legado pretendido é, portanto, a consolidação de um sistema de Unidades de Conservação capaz de conservar melhor e continuar fazendo isso de maneira efetiva e autônoma ao longo do tempo.



Figura 9: Apresentação sobre o legado do Programa: mudanças esperadas para 2037, realizada por Rogério Cabral. Crédito: Felipe Nunes



1.10. Exercício de visão de futuro

A partir dessa contextualização, os participantes foram convidados a imaginar que estavam em 2037 e responder à seguinte pergunta (Figura 10):

O que estará diferente no território como resultado do fortalecimento das Unidades de Conservação do litoral do Paraná?

O exercício orientou os participantes a não registrarem projetos ou atividades executadas, mas as mudanças que passariam a existir em razão deles.

Foram utilizados dois tipos de cartões:

- **Cartão 1 — Mudança:** uma transformação percebida no território, nas UCs, na biodiversidade, na gestão ou na relação com a sociedade;
- **Cartão 2 — Evidência:** um sinal, condição, comportamento ou informação que demonstrasse que a mudança havia ocorrido.

Após um momento de reflexão, as contribuições foram debatidas em duplas, compartilhadas em plenária e organizadas nos painéis “Mudanças em 2037” e “Evidências”.

Consolidação, integração e governança das UCs

Entre as mudanças esperadas, destacou-se a consolidação das Unidades de Conservação do litoral do Paraná, com planos de manejo implementados e maior integração entre UCs federais, estaduais, municipais e privadas. Os participantes projetaram um território no qual as unidades estivessem conectadas, fossem reconhecidas como componentes de um mesmo sistema e atuassem de forma coordenada com seu entorno.

Também foi apontada a continuidade da governança, com diálogo permanente entre gestores, comunidades, instituições públicas, organizações da sociedade civil e demais atores do território.

Como evidências, foram sugeridas:

- efetividade da gestão participativa;
- conselhos gestores fortalecidos e atuantes;
- implementação dos planos de manejo;
- reuniões e editais direcionados à integração das UCs;
- continuidade dos espaços de governança;
- integração entre as UCs e seu entorno;
- fortalecimento das secretarias e dos órgãos responsáveis pela conservação;
- manutenção do Programa e de suas estratégias no longo prazo.



Conservação da biodiversidade e redução das pressões

Os participantes projetaram a recuperação da vegetação nativa, o aumento ou a estabilização das populações da fauna e da flora e maior presença de espécies de topo de cadeia.

Também foram mencionados a redução dos crimes e conflitos ambientais, o fim das ocupações irregulares no interior das UCs e a ampliação de práticas sustentáveis.

Foi destacada a necessidade de fortalecer e integrar as ações de fiscalização e proteção, inclusive por meio de tecnologias de monitoramento remoto e sensoriamento. Reconheceu-se que as pressões sobre os recursos naturais continuarão existindo, tornando indispensável uma capacidade permanente de prevenção, detecção e responsabilização.

Entre as evidências propostas estão:

- recuperação de áreas de vegetação nativa;
- aumento ou estabilização das populações de espécies nativas;
- aumento da presença de espécies de topo de cadeia;
- redução das ocupações irregulares e dos crimes ambientais;
- redução dos conflitos;
- melhoria dos indicadores de uso e ocupação do solo;
- monitoramento contínuo e integrado;
- uso mais frequente de sensoriamento remoto e outras tecnologias;
- maior respeito da sociedade pelos recursos naturais.

Reconhecimento social, educação e participação

Outro conjunto de contribuições apontou para uma mudança cultural na relação da sociedade com as Unidades de Conservação. Em 2037, espera-se que as UCs sejam mais conhecidas, visitadas, valorizadas e utilizadas de forma compatível com seus objetivos.

Os participantes projetaram uma sociedade capaz de reconhecer as UCs como espaços de conservação da biodiversidade, construção coletiva e desenvolvimento territorial. Também foram mencionados o fortalecimento da educação ambiental, o aumento da participação social e a ampliação da confiança entre comunidades, gestores e instituições.

Como evidências, foram sugeridas:

- aumento da participação da sociedade nas atividades de educação ambiental;
- participação social qualificada;
- maior engajamento em projetos e ações de conservação;
- mobilização social em defesa das UCs;



- aumento do uso público responsável;
- melhoria da percepção da sociedade sobre as UCs e os órgãos gestores;
- realização de pesquisas de percepção em diferentes momentos;
- ampliação das relações da sociedade com as UCs por meio da pesquisa, visitação e atividades socioeconômicas sustentáveis.

Bioeconomia, geração de renda e qualidade de vida

As UCs também foram projetadas como vetores de desenvolvimento territorial e de geração de renda para as comunidades locais. Os participantes esperam que o fortalecimento das áreas protegidas estimule a expansão da bioeconomia e de negócios comprometidos com a conservação da biodiversidade.

Entre as mudanças esperadas estão o aumento do número de empreendimentos sustentáveis no entorno das UCs, a geração de trabalho e renda, a valorização dos produtos e conhecimentos locais e a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

As evidências propostas incluem:

- aumento do número e da diversidade de negócios ligados à bioeconomia;
- ampliação da renda gerada por bionegócios;
- crescimento dos “negócios amigos da biodiversidade”;
- aumento dos recursos associados ao ICMS Ecológico;
- melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno;
- maior participação das comunidades nas oportunidades geradas pelas UCs.

Conhecimento, monitoramento e gestão adaptativa

Os participantes ressaltaram que as mudanças desejadas deverão ser acompanhadas por informações contínuas e integradas. Espera-se ampliar os projetos de monitoramento e consolidar sistemas capazes de apoiar decisões, avaliar tendências e orientar adaptações nas estratégias de conservação.

Entre as evidências mencionadas estão:

- aumento dos projetos vinculados ao Programa Monitora;
- produção e compartilhamento contínuo de informações;
- monitoramento integrado da biodiversidade e das pressões;
- utilização de dados para orientar a gestão das UCs;
- continuidade das estratégias de conservação;
- manutenção do apoio financeiro, institucional e técnico ao Programa.

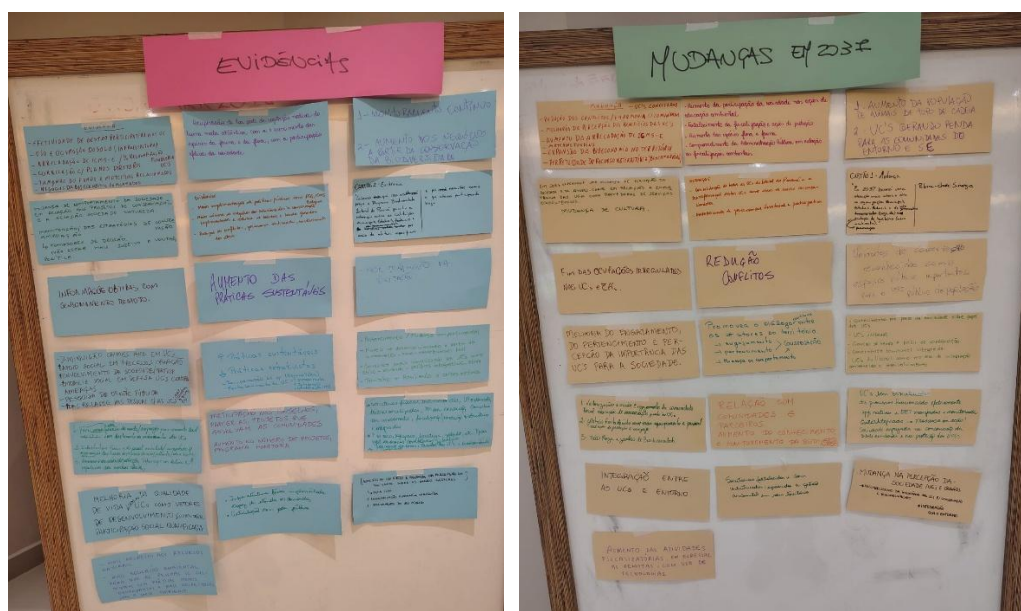


Figura 10: Exercício de visão de futuro. Crédito: Acervo do Encontro

Síntese do exercício

Ao concluir, Rogério destacou que o exercício representava um primeiro passo para a revisão do planejamento estratégico do Programa. Ressaltou que o legado esperado não se restringe ao litoral do Paraná: a experiência construída, especialmente seu modelo de governança, articulação territorial e gestão adaptativa, poderá se tornar uma referência para outras regiões do Brasil e para iniciativas de conservação em diferentes territórios.

As mudanças e evidências identificadas passaram a orientar a atividade seguinte, dedicada à análise das Linhas Temáticas do Programa e à discussão dos ajustes necessários para transformar as entregas atuais em capacidades permanentes, resultados efetivos e impactos duradouros.

1.11. 14h45 - Análise das Linhas Temáticas do Programa

Após o exercício sobre o legado esperado para 2037, Rogério Cabral e Márcio Ranauro apresentaram a organização das Linhas Temáticas do Programa e convidaram os participantes a refletirem sobre os ajustes necessários para que as mudanças projetadas pudessem ser alcançadas.

A atividade foi estruturada em seis grupos de trabalho, correspondentes às Linhas Temáticas finalísticas analisadas naquele momento:

1. Proteção;
2. Pesquisa, monitoramento e conservação;
3. Gestão socioambiental;
4. Uso sustentável;



5. Uso público e negócios;
6. Avaliação de impactos.

Os participantes puderam escolher os temas com os quais desejavam contribuir, buscando-se manter grupos com até sete integrantes. Cada grupo indicou uma pessoa responsável por coordenar a discussão, registrar as contribuições e consolidar os resultados.

A atividade seguiu uma dinâmica inspirada na metodologia do Café Mundial. A cada rodada, os participantes podiam permanecer na mesa ou se deslocar para outra Linha Temática, ampliando o intercâmbio de experiências e perspectivas. Cada pessoa pôde contribuir com até três grupos, enquanto os responsáveis por cada mesa permaneceram como anfitriões, apresentando aos novos integrantes uma síntese do que já havia sido discutido.

As discussões foram orientadas pelas seguintes perguntas:

- Esta Linha Temática continua pertinente?
- Quais devem ser as prioridades desta linha para fortalecer a estruturação e a consolidação das Unidades de Conservação?
- Quais territórios, atores e parceiros precisam ser considerados?
- Quais são os principais desafios?
- Quais recomendações devem orientar o planejamento das iniciativas desta Linha Temática no próximo PELP?
- De que forma essa Linha Temática pode contribuir para o legado esperado para 2037?

Os grupos registraram suas contribuições em painéis, organizando as prioridades, desafios e recomendações associados a cada tema. A dinâmica permitiu que gestores de diferentes esferas, representantes de instituições públicas, organizações da sociedade civil, pesquisadores e demais convidados compartilhassem experiências e analisassem as Linhas Temáticas a partir das necessidades concretas das UCs e do território.

Em razão do tempo necessário para aprofundar as discussões e consolidar os painéis, a apresentação dos resultados, inicialmente prevista para o final do dia 12, foi transferida para a manhã do dia 13. Dessa forma, o primeiro dia do Encontro foi encerrado após a conclusão dos trabalhos em grupo.

2. Dia 2 – quinta-feira, 13 de agosto

2.1. 9h10 - Abertura do segundo dia e retomada dos trabalhos

Às 9h10, Márcio Ranauro deu início ao segundo dia do Encontro. Na abertura, informou que a programação começaria com a apresentação dos resultados produzidos pelos grupos de trabalho no dia anterior e passou a palavra a Rogério Cabral.

Rogério fez uma breve retomada das atividades do primeiro dia, relembrando a reflexão sobre o legado esperado para 2037 e o processo de análise das Linhas Temáticas do Programa.



Também registrou a chegada de dois novos participantes, Vedor e Natasha, que foram acolhidos e apresentados ao grupo.

Na sequência, Márcio explicou a dinâmica de compartilhamento. Os painéis elaborados no dia anterior seriam lidos e apresentados pelos respectivos grupos, enquanto os demais participantes poderiam complementar as discussões em plenária. As novas contribuições seriam registradas em notas adesivas azuis e incorporadas aos painéis, permitindo diferenciar os conteúdos produzidos inicialmente pelos grupos daqueles acrescentados coletivamente.

A atividade teve como objetivo validar, aprofundar e complementar as prioridades, os desafios e as recomendações identificados para cada Linha Temática do Programa.

Linha Temática 1 — Proteção

O grupo responsável pela Linha Temática de Proteção foi composto por Ariel Scheffer, Jackson Müller, Rafael Passos, Rodrigo Torres, Fusco e Rodrigo Delonga.

A Linha Temática foi considerada indispensável, uma vez que as pressões sobre a biodiversidade são contínuas e tendem a aumentar com o crescimento populacional, a expansão das ocupações e a intensificação dos usos do território. O grupo ressaltou que a proteção constitui uma atribuição obrigatória dos órgãos ambientais e uma condição fundamental para a consolidação das Unidades de Conservação (Figura 11).

Prioridades

Foram identificadas como prioridades:

- ampliação e manutenção das equipes dos órgãos de proteção;
- disponibilidade de pessoal para patrulhamento e atuação nas UCs;
- melhoria da infraestrutura e dos sistemas de comunicação dentro dos órgãos e entre as instituições;
- gestão das informações e definição de indicadores;
- capacitação dos agentes de fiscalização;
- integração entre as instituições;
- fortalecimento da educação ambiental.

A disponibilidade de pessoal foi apontada como a principal prioridade. O grupo avaliou que a estruturação dos órgãos, por meio de recursos humanos, equipamentos e sistemas adequados, permitiria ampliar sua capacidade de fiscalização e resposta às pressões ambientais.

Principais desafios

Entre os principais desafios foram destacados:

- garantir a continuidade dos recursos humanos e financeiros;
- promover a integração entre instituições com competências distintas;
- enfrentar o risco de flexibilização da legislação ambiental;
- reduzir a prevalência de interesses particulares sobre o interesse público;
- informar os moradores sobre a legislação ambiental;
- estabelecer fluxos claros entre fiscalização, elaboração de relatórios técnicos e responsabilização;
- assegurar a continuidade das ações diante de mudanças políticas e institucionais.

Recomendações

O grupo recomendou:

- elaborar um Plano Integrado de Proteção do Litoral;
- ampliar as ações integradas de fiscalização;
- estabelecer arranjos institucionais que aumentem o efetivo de fiscalização nas UCs;
- desenvolver projetos-piloto de tecnologias voltadas ao monitoramento e à fiscalização;
- promover acordos de cooperação e mecanismos de gestão compartilhada;
- engajar moradores e comunidades locais na proteção do território;
- aprimorar os canais e fluxos de recebimento e encaminhamento de denúncias;
- produzir material orientativo explicando onde e como realizar denúncias ambientais;
- criar grupos de comunicação menos burocráticos entre os órgãos;
- ampliar a governança e o compartilhamento de dados;
- incorporar a fiscalização integrada às discussões de um grupo de trabalho específico.

Complementações da plenária

Monique Cheker explicou que os procedimentos de responsabilização dependem de relatórios técnicos suficientemente detalhados. Em algumas situações, os registros produzidos pela fiscalização não fornecem os elementos necessários para o ajuizamento imediato de ações, e a falta de pessoal para elaborar relatórios complementares pode prolongar os processos por aproximadamente um ano.

Destacou que o objetivo final deve ser a preservação do recurso ambiental e que, por isso, a fiscalização preventiva é preferível à atuação somente após a ocorrência do dano. As tecnologias de monitoramento remoto são importantes para detectar irregularidades, mas as ações presenciais continuam necessárias por seu caráter ostensivo e preventivo.



Eduardo Vedor observou que o desafio da integração tecnológica também possui uma dimensão institucional e cultural. Citou a experiência do Geolitoral, que desenvolveu ferramentas capazes de identificar cortes rasos, mas encontrou dificuldades para integrar os sistemas de fiscalização em razão da ausência de acesso aos bancos de dados de alguns órgãos.

Também foi ressaltado que o envolvimento das comunidades deve ocorrer antes ou paralelamente às ações fiscalizatórias. A participação local pode contribuir para prevenir danos, comunicar irregularidades e ampliar a compreensão sobre a legislação ambiental.

Pablo sugeriu a elaboração de uma cartilha ou folder que explicasse qual instituição deve ser procurada para cada tipo de denúncia. Rosan acrescentou que, além de divulgar os canais existentes, é necessário verificar quais funcionam efetivamente e qual é sua capacidade de resposta.

Monique informou que qualquer pessoa pode apresentar uma representação por meio da Sala de Atendimento ao Cidadão do Ministério Público Federal. Contudo, muitas comunicações são encaminhadas sem informações suficientes. Ressaltou que as denúncias devem incluir, sempre que possível, localização ou coordenadas geográficas, fotografias, descrição da ocorrência e outros elementos que permitam identificar o fato. Também foi mencionada a Linha Verde do Ibama.

Daniela propôs que o material orientativo informasse não apenas onde denunciar, mas também quais dados devem acompanhar cada comunicação. Ariel relatou que o repasse dessas orientações já havia sido considerado em atividades de capacitação de agentes e poderia ser ampliado para outros públicos.

Camile lembrou as reuniões realizadas desde 2024 com os órgãos fiscalizadores e destacou a necessidade de definir responsabilidades, intensificar os encontros e estabelecer fluxos de atuação. Como possibilidade, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho de Fiscalização Integrada para o Programa.

Monique defendeu a utilização de canais rápidos e desburocratizados entre as instituições, citando como exemplo positivo os grupos de WhatsApp utilizados para articular respostas a situações urgentes.

Rodrigo Torres relatou dificuldades no encaminhamento de denúncias à Ouvidoria do IAT, tendo recebido orientações divergentes sobre qual instituição deveria acolhê-las. Monique informou que encaminharia a situação à presidência do Instituto, por entender que o cidadão não deve ser impedido de registrar uma denúncia em um canal institucional.

Como síntese, a plenária reforçou que o fortalecimento da proteção exige atuação sobre toda a cadeia: prevenção, monitoramento, denúncia, fiscalização, produção de informações técnicas, integração institucional e responsabilização. Também foi reafirmado que o apoio à estruturação dos órgãos pode ampliar a disponibilidade das equipes para atuar diretamente na fiscalização das Unidades de Conservação.

[illegible]

Figura 11: Revisão da Linha Temática de Proteção. *Crédito: Acervo do Encontro*

Linha Temática 2 — Pesquisa, monitoramento e conservação

A Linha Temática de Pesquisa, Monitoramento e Conservação foi considerada necessária porque ainda existem lacunas de informações básicas sobre as Unidades de Conservação, a biodiversidade, os usos e as pressões existentes no território (Figura 12).

O grupo destacou que a produção de conhecimento deve resultar em desdobramentos práticos para a conservação e a gestão das UCs. Para isso, é necessário assegurar o monitoramento contínuo, definir indicadores de resultados, organizar os dados produzidos e ampliar o diálogo entre pesquisadores, gestores e comunidades.

Prioridades

Foram identificadas como prioridades:

- definir indicadores de resultados relacionados à conservação;
- ampliar a geração, a organização e o compartilhamento de dados;
- promover pesquisas aplicadas às necessidades de gestão das UCs;
- monitorar os impactos do uso público e subsidiar seu manejo;
- produzir informações que apoiem a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
- monitorar espécies exóticas, ameaçadas e utilizadas;
- monitorar contaminantes e outras pressões ambientais;
- aprimorar a gestão das informações;



- envolver e capacitar as comunidades;
- transformar os resultados das pesquisas em produtos úteis e acessíveis para os gestores.

Principais desafios

Entre os desafios apontados estão:

- falta de interesse ou disponibilidade de pesquisadores para a realização de atividades de campo;
- limitações de pessoal e de estrutura das UCs para acompanhar pesquisas;
- dificuldade de integrar os dados produzidos por diferentes projetos e instituições;
- ausência de retorno dos resultados aos gestores das Unidades de Conservação;
- comunicação insuficiente entre as UCs e a academia;
- dificuldade de alinhar as perguntas de pesquisa às necessidades específicas de gestão;
- produção de informações pouco acessíveis à sociedade;
- falta de padronização, sistematização e continuidade dos dados;
- necessidade de ampliar a conexão entre o conhecimento científico e as decisões de manejo e conservação.

O grupo ressaltou que muitas pesquisas resultam em produtos acadêmicos, mas não necessariamente retornam às UCs em formato adequado para apoiar decisões. Também foi destacada a necessidade de que a relação entre pesquisadores e gestores funcione como uma via de mão dupla: as UCs devem comunicar suas demandas e os pesquisadores devem apresentar possibilidades de investigação e produtos aplicáveis.

Recomendações

O grupo recomendou:

- avaliar possibilidades de pesquisa para além das universidades, incluindo parcerias com instituições públicas, organizações da sociedade civil e setor privado;
- criar canais permanentes de aproximação entre laboratórios, pesquisadores e Unidades de Conservação;
- elaborar cartas de demandas das UCs, indicando temas e perguntas prioritárias;
- estruturar planos de pesquisa específicos para as Unidades de Conservação;
- criar um programa de bolsas ou residência para pesquisadores atuarem em demandas específicas das UCs;
- estabelecer mecanismos de financiamento para os planos de pesquisa;
- organizar bancos de pesquisadores, extensionistas e áreas de conhecimento;



- apoiar as UCs no acolhimento e acompanhamento dos pesquisadores;
- produzir dados sintetizados e produtos em diferentes formatos, adequados à gestão, à comunicação e ao uso pela sociedade;
- promover ações de ciência cidadã;
- adotar padrões para produção, organização, entrega e compartilhamento dos dados;
- integrar as informações ao Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira – SiBBr, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- fortalecer a relação entre pesquisas e os Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas;
- identificar outras fontes e atores capazes de financiar demandas que não possam ser atendidas diretamente pelo Programa.

Complementações da plenária

Fusco sugeriu a formação de um grupo específico para discutir a gestão e a comunicação dos dados, incluindo a padronização das informações e a definição de ferramentas tecnológicas comuns.

Rodrigo Torres propôs o apoio à elaboração de planos de pesquisa das UCs. Esses documentos poderiam funcionar como instrumentos complementares aos planos de manejo, reunindo as pesquisas prioritárias definidas pelos gestores, conselhos e demais atores relacionados às unidades.

Ricardo Peng destacou as possibilidades da ciência cidadã e recomendou que as iniciativas desenvolvidas no território fossem articuladas a programas e plataformas já existentes no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, evitando duplicidades e ampliando a visibilidade das informações produzidas.

Daniela informou que o Programa já havia iniciado a estruturação de uma modalidade de bolsas. Ressaltou que, com o amadurecimento dos mecanismos de execução, esse tipo de apoio se torna mais viável. Pablo sugeriu que futuras chamadas fossem diretamente orientadas pelas demandas das UCs, permitindo que os pesquisadores apresentassem propostas alinhadas às prioridades identificadas pelos gestores.

Camila Domit chamou atenção para a necessidade de orientar pesquisadores e programas de pós-graduação sobre as autorizações necessárias para a realização de pesquisas. Relatou que ainda há desconhecimento sobre as licenças emitidas pelo IAT e pelo Sisbio, especialmente em estudos que não envolvem diretamente o manejo de fauna. Como encaminhamento, sugeriu a produção e divulgação de orientações para os programas de pós-graduação que atuam no litoral.

Pablo reforçou a conveniência de reunir, em um único espaço, as demandas das UCs, as orientações para pesquisa, os procedimentos de autorização e as informações já disponíveis.

Daniela ponderou que o Programa não conseguirá atender a todas as demandas de pesquisa. Por isso, será necessário identificar outros financiadores e construir parcerias capazes de complementar os investimentos.

Eduardo Vedor propôs a criação de uma política de governança de dados do Programa. Relatou que o Lageamb trabalhou na elaboração de uma política de dados e que o modelo deverá ser testado com diferentes instituições. Como encaminhamento, sugeriu que as chamadas já estabeleçam os padrões de entrega e que os dados de cada campanha sejam incorporados ao Geolitoral.

Márcio lembrou que a gestão de dados seria retomada em um grupo específico durante o Laboratório de Articulação e Integração.

Também foi destacada a necessidade de incorporar os Planos de Ação Nacional às prioridades de pesquisa e conservação. Foi observado que muitos gestores ainda desconhecem os PANs relacionados às espécies e ambientes presentes em suas UCs. Como possibilidade, sugeriu-se organizar uma agenda territorial a partir das ações já previstas nesses instrumentos, incluindo uma oficina sobre restauração no litoral.

Paulo reforçou que os PANs já identificam prioridades relevantes e podem servir como ponto de partida para organizar uma agenda integrada para o território.

Tatiane Combi sugeriu que, além das cartas de demandas das Unidades de Conservação, fossem elaboradas também cartas de demandas das comunidades tradicionais, reconhecendo suas necessidades, conhecimentos e prioridades de pesquisa.

Como síntese, a plenária indicou que a pesquisa e o monitoramento devem ser orientados por demandas concretas, produzir dados interoperáveis e retornar às UCs, às comunidades e à sociedade em formatos que apoiem efetivamente a conservação e a tomada de decisão.

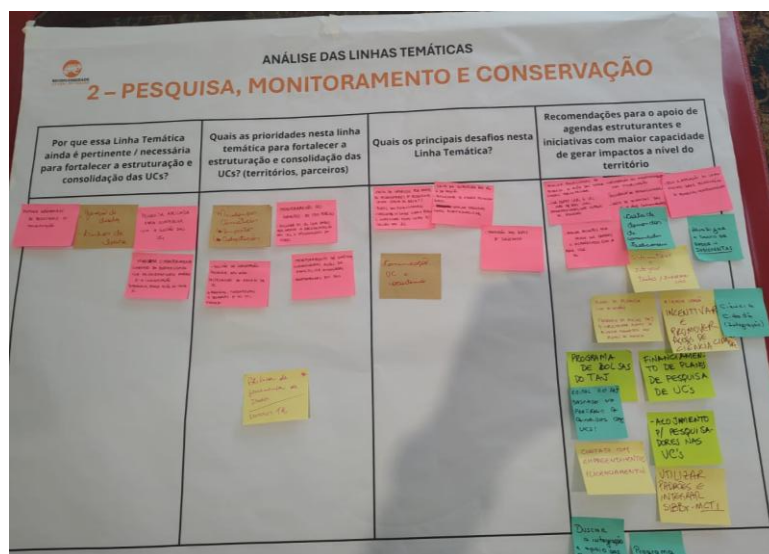


Figura 12: Revisão da Linha Temática de Pesquisa, monitoramento e conservação. Crédito: Acervo do Encontro



10h30 - Intervalo do café e degustação de produtos locais

O intervalo do café ocorreu após a apresentação e complementação da Linha Temática de Pesquisa, Monitoramento e Conservação. Na ocasião, foi realizada uma degustação de produtos do litoral do Paraná, valorizando produtores, cadeias produtivas locais e iniciativas associadas à sociobiodiversidade regional.

Durante o intervalo, Pablo apresentou o projeto *Marés de Mudança* e exibiu o trailer de uma atividade prevista para ocorrer na Cinemateca de Curitiba, no dia 22 de agosto.

Na sequência, foram retomadas as apresentações e complementações das Linhas Temáticas.

Linha Temática 3 — Gestão socioambiental

O grupo responsável pela Linha Temática de Gestão Socioambiental foi composto por Dailey, Natasha Choinski, Márcio Ferla e Ana Saupe.

A Linha Temática foi considerada essencial para a gestão de longo prazo das Unidades de Conservação. O grupo destacou que a gestão socioambiental contribui para promover mudanças de comportamento, fortalecer o sentimento de pertencimento, ampliar a identificação da sociedade com o território e estabelecer relações de confiança entre gestores, comunidades e demais atores (Figura 13).

Também foi ressaltado que ações socioambientais bem conduzidas podem produzir resultados positivos e duradouros, especialmente quando construídas por meio do diálogo e da participação.

Prioridades

Foram identificadas como prioridades:

- fortalecer e ampliar os espaços de participação e diálogo;
- consolidar os conselhos gestores e outros espaços de gestão participativa;
- construir coletivamente instrumentos normativos e de gestão;
- ampliar a implementação dos Projetos Político-Pedagógicos de Educação Ambiental – PPPEA;
- discutir e acompanhar os termos de compromisso firmados com comunidades e usuários;
- estabelecer uma comunicação mais efetiva no território;
- esclarecer o papel de cada instituição, programa e organização;
- promover uma agenda positiva, capaz de reduzir conflitos e ampliar a cooperação;
- reconhecer outras políticas e instrumentos de educação e participação, para além do PPPEA.



O grupo destacou que os conselhos são espaços prioritários, mas não devem ser os únicos mecanismos de participação. Outros fóruns, redes, grupos comunitários e espaços de diálogo também precisam ser fortalecidos.

Principais desafios

Entre os desafios apontados estão:

- diferentes compreensões sobre o uso das UCs e seus instrumentos de gestão;
- confusão sobre as atribuições das instituições que atuam no território;
- dificuldade de engajamento social;
- necessidade de monitorar e avaliar os termos de compromisso já celebrados;
- baixa articulação entre ações, instituições e agendas territoriais;
- dificuldade de construir soluções locais capazes de conciliar conservação, participação e uso do território.

O grupo discutiu a necessidade de desenvolver soluções agregadoras, construídas a partir das realidades locais e capazes de aproximar os diferentes atores. Como referência, foi mencionada a experiência do projeto **Diálogo UC**, considerada favorável à mediação e à resolução de conflitos.

Recomendações

O grupo recomendou:

- apoiar instituições com atuação próxima às Unidades de Conservação;
- viabilizar pequenos projetos estruturantes construídos com comunidades do entorno;
- promover seminários e espaços ampliados de discussão sobre termos de compromisso;
- fortalecer Salas Verdes e Centros de Educação Ambiental;
- reativar e fortalecer espaços de governança territorial, incluindo o Conselho do Mosaico do Lagamar;
- ampliar iniciativas construídas a partir das demandas das comunidades e dos conselhos;
- valorizar metodologias participativas que permitam maior capilaridade às ações do Programa.

Complementações da plenária

Márcio Ranauro destacou os PPPEAs e os termos de compromisso como instrumentos de gestão das Unidades de Conservação, assim como os planos de manejo, proteção e pesquisa. Ressaltou que os termos de compromisso podem envolver discussões complexas e posições divergentes, mas, uma vez formalizados, precisam ser acompanhados e cumpridos.



Como encaminhamento, foi proposta a realização de seminários ou espaços ampliados de discussão sobre os termos de compromisso, permitindo avaliar sua aplicação, seus resultados e as dificuldades enfrentadas.

Juliana apresentou a experiência do projeto Diálogo UC. Ana Saupe explicou que a iniciativa não partiu de uma proposta previamente definida, mas de grupos temáticos formados por atores do território, que contribuíram para a elaboração dos planos de intervenção. A metodologia também possibilitou o apoio a projetos de menor escala, que frequentemente encontram dificuldades para acessar os mecanismos convencionais de financiamento em razão das exigências burocráticas.

Daniela questionou como essas iniciativas se articulavam com os conselhos das UCs. Ana informou que, nas Unidades de Conservação federais, houve participação de conselheiros nos grupos temáticos. Juliana acrescentou que, no Parque Estadual do Boguaçu, a mobilização contribuiu para o processo de criação do conselho gestor.

Márcio avaliou que a metodologia do Diálogo UC constitui um diferencial e pode ser aplicada em outras Linhas Temáticas. Destacou seu potencial para ampliar a capilaridade do Programa e aproximar as ações das comunidades, mantendo a construção articulada com as Unidades de Conservação.

Daniela informou que existem chamadas abertas para formação e fortalecimento de conselhos gestores. Ressaltou a importância de analisar como os mecanismos de apoio existentes podem dialogar com metodologias participativas como a do Diálogo UC. Como possibilidade para os próximos ciclos, sugeriu avaliar formas alternativas de apoio e identificar projetos que tenham apresentado resultados efetivos e possam ter continuidade.

Também foi sugerido analisar os planos de intervenção já elaborados, identificando ações alinhadas aos objetivos do Programa que possam ser apoiadas ou ampliadas.

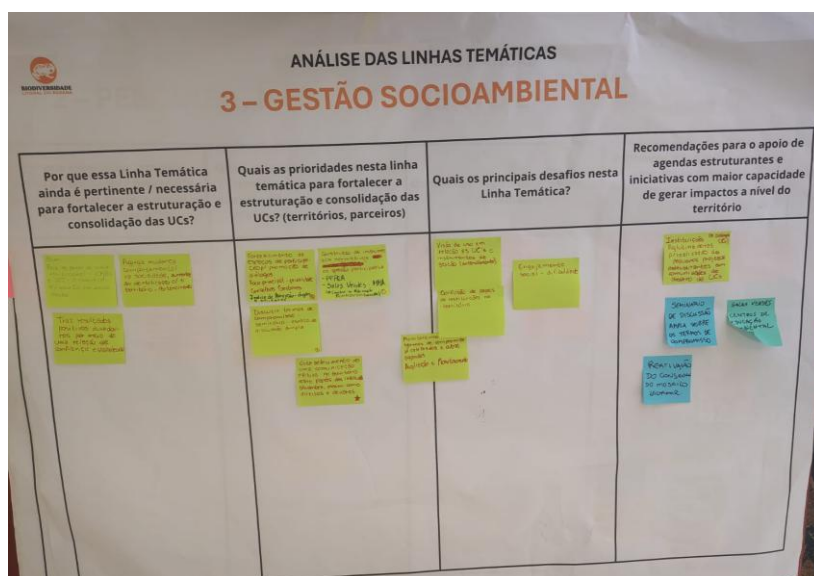
Márcio ressaltou que as organizações sociais são diversas e que nem todas conhecem ou desejam participar dos conselhos gestores. Por isso, é necessário identificar lideranças legítimas e representativas e criar diferentes formas de aproximação. Segundo ele, essa articulação é fundamental para que as ações das UCs e do Programa cheguem efetivamente às comunidades. Também enfatizou que a gestão socioambiental deve ser compreendida como uma dimensão transversal às demais Linhas Temáticas.

Karoline mencionou as Salas Verdes e os Centros de Educação Ambiental como políticas públicas que podem complementar as ações desenvolvidas pelo Programa. Jackson citou a experiência do projeto Marmaré e destacou a complementaridade entre diferentes iniciativas de educação ambiental.

Márcio diferenciou ações pontuais de sensibilização de processos continuados de educação ambiental crítica. Ressaltou que a educação ambiental crítica constitui uma base da atuação do ICMBio e que o conhecimento acumulado pelas UCs indica sua relevância para promover participação, compreensão dos conflitos e transformação social.

Dailey sugeriu ampliar a perspectiva para uma gestão territorial mais abrangente, incluindo a reativação do Conselho do Mosaico do Lagamar. Camile informou que essa articulação já está em andamento junto ao Ministério do Meio Ambiente.

Como síntese, a plenária reafirmou que a gestão socioambiental deve ser transversal, participativa e territorialmente articulada. Seu fortalecimento depende de espaços permanentes de diálogo, comunicação clara, instrumentos de gestão acompanhados e mecanismos capazes de apoiar tanto processos institucionais quanto iniciativas construídas diretamente com as comunidades.



Por que essa Linha Temática ainda é pertinente / necessária para fortalecer a estruturação e consolidação das UCs?	Quais as prioridades nesta linha temática para fortalecer a estruturação e consolidação das UCs? (territórios, parceiros)	Quais os principais desafios nesta Linha Temática?	Recomendações para o apoio de agendas estruturantes e iniciativas com maior capacidade de gerar impactos a nível do território
Essa linha temática é pertinente porque as UCs precisam de uma estruturação e consolidação para serem efetivas. É necessário fortalecer a estruturação e consolidação das UCs para que elas possam cumprir seu papel de conservação e manejo sustentável.	As prioridades são: fortalecer a estruturação e consolidação das UCs, promover a participação das comunidades locais, e fortalecer a articulação entre os diferentes atores envolvidos. É importante também fortalecer a estruturação e consolidação das UCs para que elas possam cumprir seu papel de conservação e manejo sustentável.	Os principais desafios são: falta de recursos, falta de articulação entre os atores envolvidos, e falta de participação das comunidades locais. É importante também fortalecer a estruturação e consolidação das UCs para que elas possam cumprir seu papel de conservação e manejo sustentável.	As recomendações são: fortalecer a estruturação e consolidação das UCs, promover a participação das comunidades locais, e fortalecer a articulação entre os diferentes atores envolvidos. É importante também fortalecer a estruturação e consolidação das UCs para que elas possam cumprir seu papel de conservação e manejo sustentável.

Figura 13: Revisão da Linha Temática de Gestão Socioambiental. *Crédito: Acervo do Encontro*

Linha Temática 4 — Uso sustentável

A Linha Temática de Uso Sustentável foi considerada pertinente e necessária, especialmente pela representatividade das Unidades de Conservação de uso sustentável no litoral do Paraná e pela necessidade de desenvolver um trabalho contínuo nesses territórios (Figura 14).

O grupo destacou que o uso sustentável deve conciliar conservação, permanência das comunidades, valorização dos conhecimentos locais, geração de renda e manutenção dos recursos naturais no longo prazo.

Prioridades

Foram identificadas como prioridades:

- reconhecer e fortalecer as vocações regionais sustentáveis do território;
- estruturar e implementar conselhos gestores;
- fortalecer cadeias produtivas associadas aos recursos e conhecimentos locais;
- valorizar a presença e a contribuição das comunidades nos territórios;



- monitorar os usos realizados no interior e no entorno das UCs;
- avançar na regularização fundiária, inclusive nas zonas de amortecimento;
- incentivar o cultivo e o manejo sustentável de espécies como alternativa à extração direta dos recursos naturais.

Foram citadas diferentes cadeias e produtos com potencial de fortalecimento, incluindo caxeta, caranguejo, cipós, musgos, juçara, frutas nativas e produtos associados à pesca e à maricultura.

Principais desafios

Entre os desafios apontados estão:

- diferentes compreensões sobre o conceito de uso sustentável;
- comunicação insuficiente entre os atores;
- falta de convergência entre estratégias e iniciativas;
- necessidade de ordenamento das atividades e dos territórios;
- conectividade entre áreas, cadeias e atores;
- adequação do ordenamento jurídico às atividades de pesquisa, inovação e uso sustentável;
- monitoramento dos usos;
- disposição inadequada de resíduos sólidos;
- ocupações irregulares;
- dificuldade de engajamento;
- falta de dados sobre os usos sustentáveis;
- compreensão e gestão das externalidades;
- necessidade de aprimorar técnicas e tecnologias de manejo e colheita;
- ausência de inventários sobre os estoques populacionais das espécies utilizadas.

Recomendações

Como recomendações, o grupo propôs:

- organizar e fortalecer as cadeias produtivas;
- estabelecer mecanismos de rastreabilidade e cadeia de custódia da produção;
- aprimorar o ordenamento legal;
- investir em infraestrutura de controle, fiscalização, tecnologia e mão de obra;



- criar mecanismos de financiamento;
- incentivar certificações associadas às cadeias de valor;
- fomentar a certificação orgânica;
- apoiar sistemas agroflorestais;
- fortalecer cadeias relacionadas à juçara e às frutas nativas;
- articular a regularização fundiária como agenda estruturante para as diferentes categorias de UCs.

Complementações da plenária

Camile Lugarini destacou a ostra caiçara como exemplo de cadeia produtiva a ser fomentada, articulando conservação, cultura local, produção sustentável e geração de renda.

Daniela Leite esclareceu que o Programa não pode realizar o pagamento direto pela aquisição de áreas em processos de regularização fundiária, mas pode apoiar serviços técnicos necessários, como levantamentos, estudos e georreferenciamento. Explicou que existem diferentes modalidades de apoio e que as demandas podem ser analisadas conforme sua elegibilidade.

Também foi discutida a diferença na capacidade de planejamento entre as esferas de gestão. O ICMBio utiliza o Samge para organizar e priorizar suas demandas. Entretanto, as UCs estaduais e municipais ainda não dispõem do mesmo nível de acesso ou estruturação. Camile explicou que o Samge disponibilizado até o momento não inclui o módulo de planejamento para todos os órgãos.

Daniela ponderou que, mesmo sem acesso ao mesmo sistema, é possível desenvolver mecanismos que auxiliem estados e municípios a organizar e priorizar suas demandas de regularização fundiária.

Como encaminhamento, Márcio Ranauro propôs a criação de um Grupo de Trabalho sobre regularização fundiária, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal.

Jean Alex chamou atenção para as limitações que determinadas ações podem produzir sobre as atividades desenvolvidas por comunidades tradicionais. Monique Cheker ressaltou que o direito à consulta deve ser respeitado e documentado, mas que o processo consultivo não deve ser interpretado automaticamente como impeditivo.

Segundo Monique, quando as propostas, seus fundamentos e seus possíveis impactos são apresentados de maneira clara e formal, cria-se uma base mais adequada para o diálogo e para a construção de soluções. Reforçou, assim, a necessidade de registrar os processos de consulta e buscar alternativas compatíveis com os direitos das comunidades e os objetivos de conservação.

Como síntese, a plenária reconheceu que o uso sustentável depende da combinação entre ordenamento territorial, regularização fundiária, fortalecimento das cadeias produtivas,

geração de conhecimento, valorização das comunidades e monitoramento dos efeitos das atividades sobre os recursos naturais.

ANÁLISE DAS LINHAS TEMÁTICAS
4 – USO SUSTENTÁVEL

Por que essa Linha Temática ainda é pertinente / necessária para fortalecer a estruturação e consolidação das UCs?	Quais as prioridades nesta linha temática para fortalecer a estruturação e consolidação das UCs? (territórios, parceiros)	Quais os principais desafios nesta Linha Temática?	Recomendações para o apoio de agendas estruturantes e iniciativas com maior capacidade de gerar impactos a nível do território
Importância da linha temática para a estruturação e consolidação das UCs. Importância da linha temática para a estruturação e consolidação das UCs.	Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCs. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCs.	Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCs. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCs.	Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCs. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCs.

Figura 14: Revisão da Linha Temática de Uso Sustentável. *Crédito: Acervo do Encontro*

Linha Temática 5 — Uso público e negócios

A Linha Temática de Uso Público e Negócios foi considerada pertinente e estruturante, embora ainda seja pouco implementada em muitas Unidades de Conservação. O grupo destacou que o uso público constitui uma das principais formas de relacionamento entre as UCs e a sociedade, com potencial para ampliar o reconhecimento das áreas protegidas, promover educação ambiental e gerar oportunidades econômicas para as comunidades do entorno (Figura 15).

Ao mesmo tempo, foram apontados o baixo investimento nas UCs públicas e a ocorrência de visitação e atividades turísticas de forma desordenada, sem infraestrutura, planejamento ou monitoramento suficientes.

Prioridades

Foram identificadas como prioridades:

- investir em infraestrutura para o uso público;
- ampliar a presença institucional nas UCs, incluindo equipes, guarda-parques e centros de visitantes;
- monitorar a visitação;
- fortalecer a relação das UCs com as comunidades e os empreendimentos do entorno;
- envolver os empreendimentos turísticos no planejamento e na gestão das atividades;
- capacitar e credenciar condutores;
- aproximar as UCs do trade turístico;

- elaborar e implementar planos e outros instrumentos de uso público;
- desenvolver projetos integrados;
- estruturar alternativas de geração de renda associadas à visitação e à conservação.

O grupo ressaltou que muitas UCs ainda não possuem planos de manejo atualizados. Entretanto, existem instrumentos mais simples que podem orientar provisoriamente a visitação, estabelecer regras e permitir o início do ordenamento das atividades.

Principais desafios

Entre os desafios apontados estão:

- critérios de elegibilidade que restringem os atores que podem receber apoio;
- falta de infraestrutura nas UCs e nas comunidades, incluindo saneamento e serviços básicos;
- resistência de alguns operadores às regras de ordenamento;
- dificuldade de formalização dos produtos e serviços de turismo de base comunitária;
- ausência ou insuficiência de monitoramento da visitação;
- necessidade de maior participação das prefeituras na estruturação do uso público;
- dificuldade de implementar mecanismos de pagamento por serviços ambientais nos municípios;
- descontinuidade de iniciativas comunitárias e projetos;
- informalidade de pequenos empreendimentos e prestadores de serviços;
- necessidade de conciliar o crescimento da visitação com a capacidade de gestão e proteção das UCs.

Recomendações

O grupo recomendou:

- fortalecer toda a cadeia de valor do uso público;
- apoiar o desenvolvimento de cadeias da sociobiodiversidade associadas à visitação;
- incentivar a formalização e o credenciamento de condutores e prestadores de serviços;
- apoiar o turismo de base comunitária, com ordenamento e adoção de boas práticas;
- fortalecer o uso público nas RPPNs;
- apoiar iniciativas e redes já existentes, como as redes de trilhas;
- ampliar as atividades e a estruturação do uso público para além dos limites das UCs, envolvendo as comunidades do entorno;



- aprimorar a gestão da segurança dos visitantes;
- elaborar instrumentos de planejamento e manejo do uso público;
- avaliar e monitorar os impactos da visitação;
- integrar o planejamento das UCs às políticas municipais de turismo e desenvolvimento;
- priorizar iniciativas que articulem conservação, geração de renda e valorização cultural.

Complementações da plenária

Daniela Leite ressaltou a importância de monitorar os impactos do uso público nas Unidades de Conservação. O aumento da visitação pode gerar benefícios sociais e econômicos, mas também pressões sobre os ambientes naturais, a infraestrutura e as comunidades.

Camile Lugarini informou que o grupo havia incluído o monitoramento entre as prioridades justamente para permitir o acompanhamento das mudanças e o manejo adaptativo da visitação. Explicou que a definição de uma capacidade de carga fixa pode ser tecnicamente difícil e pouco adequada a algumas realidades. Como alternativa, o monitoramento contínuo pode indicar quando e onde são necessários ajustes nas regras, nos fluxos e nas estruturas.

Daniela reforçou que o apoio do Programa às iniciativas de uso público deve estar associado a mecanismos de acompanhamento dos impactos, permitindo avaliar os resultados e corrigir rumos durante a implementação.

Ricardo Peng alertou que estimular a visitação sem assegurar previamente infraestrutura, ordenamento e capacidade de gestão pode ampliar os impactos negativos sobre as UCs e as comunidades. Defendeu que a promoção turística seja acompanhada por investimentos em saneamento, segurança, orientação, fiscalização e serviços adequados.

A plenária também destacou a importância de capacitar e credenciar condutores locais, formalizar pequenos empreendimentos, fortalecer o turismo de base comunitária e assegurar maior participação das prefeituras na estruturação das atividades.

Como síntese, reconheceu-se que o uso público pode contribuir para aproximar a sociedade das Unidades de Conservação, gerar renda e ampliar o apoio à conservação. Contudo, esses benefícios dependem de planejamento, infraestrutura, presença institucional, participação das comunidades e monitoramento permanente da visitação e de seus impactos.

ANÁLISE DAS LINHAS TEMÁTICAS			
5 – USO PÚBLICO E NEGÓCIOS			
Por que essa Linha Temática ainda é pertinente / necessária para fortalecer a estruturação e consolidação das UCS?	Quais as prioridades nesta linha temática para fortalecer a estruturação e consolidação das UCS? (territórios, parceiros)	Quais os principais desafios nesta Linha Temática?	Recomendações para o apoio de agendas estruturantes e iniciativas com maior capacidade de gerar impactos a nível do território
1. Linha Temática ainda pertinente para 2. Linha Temática ainda pertinente para 3. Linha Temática ainda pertinente para 4. Linha Temática ainda pertinente para 5. Linha Temática ainda pertinente para	1. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS 2. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS 3. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS 4. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS 5. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS	1. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS 2. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS 3. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS 4. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS 5. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS	1. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS 2. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS 3. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS 4. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS 5. Fortalecimento da estruturação e consolidação das UCS

Figura 15: Revisão da Linha Temática de Uso Público e negócios. *Crédito: Acervo do Encontro*

12h30 - Intervalo para o almoço e retomada das atividades

Após a apresentação da Linha Temática de Uso Público e Negócios, os trabalhos foram interrompidos para o almoço. No retorno, as atividades foram retomadas com a apresentação e complementação da Linha Temática 6 — Avaliação de Impactos.

Linha Temática 6 — Avaliação de impactos

O grupo responsável pela Linha Temática de Avaliação de Impactos foi composto por Pablo, Camila Domit e Rosan.

A Linha Temática foi considerada necessária porque as Unidades de Conservação não possuem limites capazes de impedir a entrada de pressões e impactos provenientes de seu entorno. Atividades e empreendimentos localizados fora das UCs podem afetar diretamente a biodiversidade, os recursos naturais, as comunidades e os processos ecológicos existentes em seu interior (Figura 16).

O grupo também destacou que diferentes empreendimentos podem apresentar condicionantes semelhantes, produzir impactos relacionados ou atuar simultaneamente sobre um mesmo território. Por isso, a avaliação não deve considerar apenas cada empreendimento isoladamente, mas também os efeitos cumulativos e sinérgicos.

Prioridades

Foram identificadas como prioridades:

- apoiar programas e ações que garantam o monitoramento contínuo e a avaliação de impactos;
- criar ciclos periódicos e ágeis de reavaliação dos empreendimentos e de suas condicionantes;

- ampliar o acesso público aos dados do licenciamento ambiental;
- organizar informações sobre condicionantes e medidas de controle;
- criar um painel de monitoramento dos empreendimentos, impactos e condicionantes existentes no território;
- desenvolver sistemas independentes para rastreamento de dados sobre impactos à biodiversidade;
- relacionar os projetos apoiados pelo Programa aos impactos potenciais que procuram prevenir, reduzir ou compensar;
- identificar os órgãos, instituições e atores responsáveis por cada etapa de acompanhamento;
- considerar impactos cumulativos e sinérgicos na escala territorial;
- fortalecer ou retomar espaços de integração e observação do território.

Como referência, foi mencionado um painel utilizado pela Itaipu para organizar informações por palavras-chave, acompanhar condicionantes e facilitar a identificação de impactos relacionados. A proposta seria desenvolver uma ferramenta semelhante para o litoral do Paraná.

Principais desafios

Entre os desafios apontados estão:

- fragmentação dos processos de licenciamento entre as esferas federal, estadual e municipal;
- dificuldade de integrar licenças, Programas Básicos Ambientais, condicionantes e bases de dados;
- quantidade e diversidade de empreendimentos existentes no território;
- concentração do fluxo de informações sob o controle do empreendedor;
- dependência financeira e contratual das consultorias em relação aos empreendedores;
- limitações contratuais que impedem o contato direto entre consultores e gestores;
- possibilidade de alteração, seleção ou supressão de dados antes de seu encaminhamento aos órgãos e às UCs;
- conflitos de interesse;
- falta de independência e transparência na produção e disponibilização das informações;
- dificuldade de avaliar impactos cumulativos e sinérgicos;
- necessidade de incorporar outros estressores, como pesca e mudanças climáticas.



O grupo ressaltou que, em muitos casos, o empreendedor contrata diretamente a consultoria responsável pelos estudos e controla o fluxo das informações. Os contratos podem impedir que os técnicos dialoguem diretamente com os gestores ou encaminhem dados sem autorização prévia. Essa relação compromete a transparência e dificulta o acesso das UCs às informações necessárias para avaliar os impactos.

Recomendações

O grupo recomendou:

- realizar oficinas e cursos para alinhar conhecimentos técnicos sobre licenciamento, avaliação e monitoramento de impactos;
- promover oficinas de alinhamento entre gestores, órgãos licenciadores, pesquisadores, consultores e empreendedores;
- aprimorar as auditorias e o acompanhamento das licenças ambientais;
- criar mecanismos que garantam acesso direto dos gestores aos dados, sem alterações;
- fortalecer a independência técnica dos estudos e monitoramentos;
- criar ou retomar um observatório de integração costeira;
- desenvolver políticas públicas relacionadas à avaliação integrada dos impactos;
- aproximar o Programa das ações integradas de fiscalização ambiental;
- promover uma oficina sobre o Planejamento Espacial e Identificação de Medidas de Conservação e Recuperação da Biodiversidade – PRIM;
- estruturar uma iniciativa semelhante ao PRIM para o litoral do Paraná;
- ampliar a capacitação em Avaliação Ambiental Estratégica;
- fortalecer a contratação de monitoramentos independentes;
- aprimorar mecanismos de compensação, condicionantes e articulação financeira no território.

Complementações da plenária

Daniela Leite questionou como os impactos sinérgicos e cumulativos poderiam ser incorporados aos processos de licenciamento ambiental. Pablo explicou que o Ibama recomenda essa abordagem, mas que sua aplicação ainda não ocorre de forma obrigatória e sistemática.

Camila Domit ressaltou que a integração se torna mais difícil quando os processos são conduzidos separadamente nas esferas federal, estadual e municipal, com procedimentos e bases de dados distintos. Também destacou situações em que um mesmo empreendimento é fragmentado em diferentes processos de licenciamento, dificultando a compreensão de seus impactos conjuntos.



Eduardo Vedor sugeriu aproximar o Programa das compensações e condicionantes ambientais existentes no território, buscando integrar recursos, informações e prioridades.

Pablo apresentou como referência uma experiência desenvolvida na Baía da Babitonga, na qual diferentes atores foram reunidos para discutir conjuntamente os processos de licenciamento e seus impactos. Defendeu a criação de espaços semelhantes no litoral do Paraná.

Leonardo Bueno ressaltou a necessidade de integração financeira, observando que, em alguns casos, uma única empresa ou consultoria concentra diferentes etapas de estudos, programas e monitoramentos.

Jackson sugeriu a existência de uma instituição ou estrutura independente capaz de detalhar e acompanhar as condicionantes dos empreendimentos do litoral, contribuindo para sua transparência e efetividade.

Paulo apresentou o PRIM como uma ferramenta capaz de antecipar informações para os empreendedores, indicando áreas prioritárias e medidas necessárias para evitar, reduzir ou compensar impactos. Sugeriu desenvolver uma iniciativa semelhante para o litoral do Paraná.

Camila propôs a realização de uma oficina on-line sobre o PRIM, permitindo que os gestores conheçam sua metodologia e avaliem possibilidades de aplicação no território.

Dailey lembrou a experiência do Observatório de Integração Costeira, uma rede formada por profissionais de diferentes áreas do conhecimento que atuavam de maneira integrada no litoral. A iniciativa foi considerada uma experiência exitosa e potencialmente útil como referência para novos mecanismos de articulação.

Como síntese, a plenária reconheceu que a avaliação de impactos precisa ultrapassar a análise isolada de empreendimentos. É necessário construir uma visão territorial, integrada e independente, que considere impactos cumulativos, condicionantes, diferentes fontes de pressão e os efeitos combinados sobre as Unidades de Conservação, a biodiversidade e as comunidades.

Após as contribuições da plenária, Márcio agradeceu a participação dos grupos e encerrou o processo de apresentação e complementação das seis Linhas Temáticas. Na sequência, apresentou a proposta do Laboratório de Articulação e Integração e passou a palavra a Rogério para orientar a atividade.

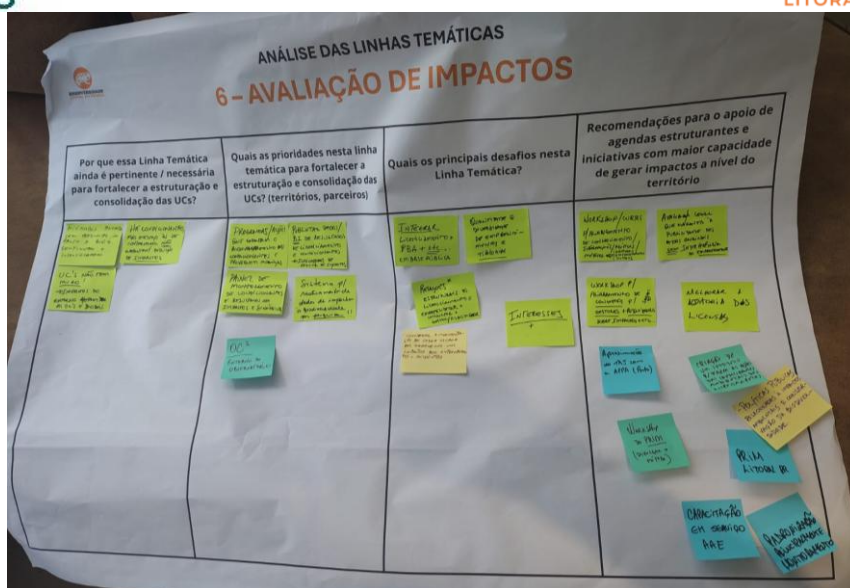


Figura 16: Revisão da Linha Temática de Avaliação de Impactos. Crédito: Acervo do Encontro

2.2. 14h30 - Laboratório de Articulação e Integração

Durante a introdução, Rogério retomou uma questão apresentada anteriormente sobre o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA. Explicou que a revisão do planejamento representa uma oportunidade para avaliar se o tema deve ser incorporado a uma Linha Temática existente ou se justificaria a criação de uma nova linha.

Rodrigo observou que a estruturação das Unidades de Conservação não aparecia como uma Linha Temática específica. Rogério esclareceu que o fortalecimento e a estruturação das UCs constituem o foco central do Programa e devem ser compreendidos como uma dimensão transversal a todas as Linhas Temáticas.

O Laboratório teve como objetivo identificar ajustes necessários para ampliar a articulação entre políticas, instituições, projetos, fontes de conhecimento e setores que atuam no território. Para a atividade, foram formados cinco grupos:

1. Integração entre políticas;
2. Conhecimento e dados;
3. Cooperação entre projetos;
4. Relação com o setor privado e a academia;
5. Proteção do território.

Cada grupo foi orientado a analisar seu tema a partir de quatro perguntas:

- O que deve ser preservado?
- O que deve ser ampliado?
- O que deve ser modificado?



- O que deve ser interrompido?

A dinâmica permitiu a circulação dos participantes entre os grupos, de acordo com seus interesses e experiências. As contribuições foram registradas em painéis e posteriormente apresentadas e complementadas em plenária.

16h00 - Intervalo do café

Após a conclusão dos trabalhos nos cinco grupos do Laboratório de Articulação e Integração, foi realizado um intervalo para o café.

16h20 — Compartilhamento dos resultados em plenária

Após o intervalo, Márcio conduziu o compartilhamento dos resultados do Laboratório de Articulação e Integração. Os painéis produzidos pelos cinco grupos foram apresentados e complementados em plenária, destacando os aspectos que deveriam ser preservados, ampliados, modificados ou interrompidos em cada tema.

Laboratório de Articulação e Integração - Proteção do território

O grupo destacou a importância de preservar os esforços já desenvolvidos para a proteção e a conservação, os canais de denúncia, as ações de educação ambiental e a relação das comunidades com as áreas protegidas (Figura 17).

Como aspectos a serem ampliados, foram indicados:

- integração e coordenação entre os órgãos de fiscalização e os batalhões da Polícia Ambiental;
- integração entre os entes responsáveis pela fiscalização e pela segurança;
- ampliação das modalidades de acesso aos canais de denúncia e atendimento;
- educação ambiental nas escolas;
- infraestrutura para aulas de campo, incluindo logística, espaços e materiais;
- capacitações e campanhas;
- ampliação das parcerias com universidades, ONGs e outras instituições;
- aprimoramento dos processos de licenciamento e regularização;
- participação das comunidades nas ações de proteção.

Entre os aspectos que deveriam ser modificados, o grupo destacou:

- unificação dos fluxos de denúncia e fiscalização;
- redução da dispersão das informações entre diferentes instituições;
- criação de um canal único, integrado e centralizado;
- aprimoramento dos fluxos de distribuição e encaminhamento das informações;

- métodos de ensino, incorporando de forma mais efetiva a educação ambiental;
- formulários e canais de solicitação, tornando-os mais acessíveis;
- capacitação dos agentes responsáveis pela fiscalização.

Como práticas a serem interrompidas, foram apontadas:

- facilitação da ocupação de Unidades de Conservação por meio da implantação de infraestrutura por órgãos públicos;
- utilização de diferentes canais desarticulados para o recebimento de denúncias;
- divulgação de informações equivocadas sobre meio ambiente e território;
- burocratização excessiva dos procedimentos.

Durante o debate, os participantes destacaram situações em que a implantação de postes e ligações de energia elétrica pode contribuir para consolidar ocupações irregulares. Foi informado que, em áreas protegidas, a ligação de energia deve observar a legislação e, quando aplicável, contar com a anuência do gestor da UC. Entretanto, foram relatados casos em que instalações teriam ocorrido sem essa autorização.

Os participantes ponderaram que essas situações podem decorrer da atuação pontual de prestadores de serviços e não necessariamente de uma orientação institucional da Copel. Ainda assim, reconheceram a necessidade de estabelecer procedimentos claros entre a empresa, os órgãos gestores e as instituições responsáveis pela proteção do território.

Como encaminhamento, Márcio propôs a criação de uma sala de situação com a Copel, além de uma reunião entre gestores de Unidades de Conservação e o Ministério Público Federal para avaliar os casos e formular recomendações sobre os procedimentos a serem adotados.

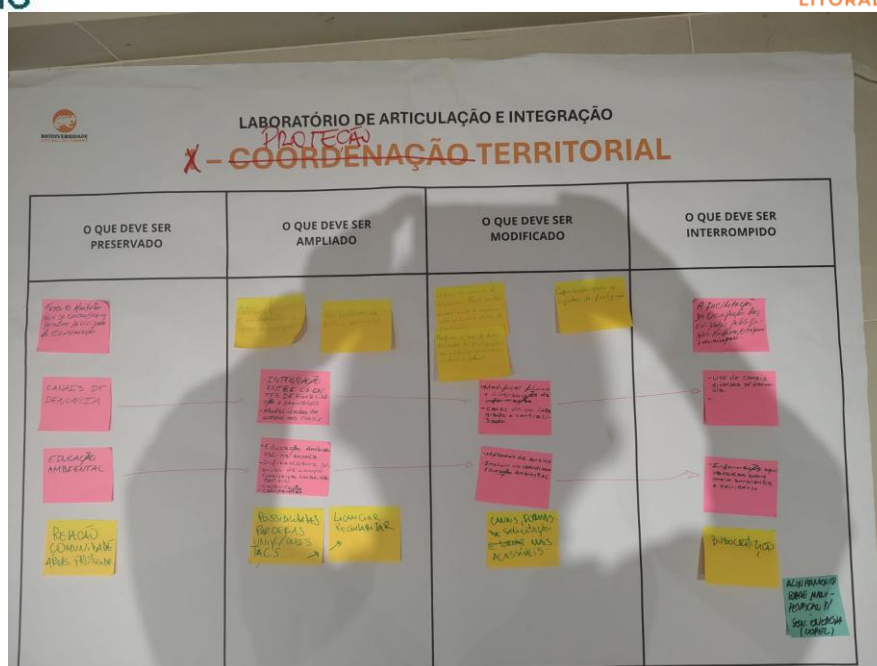


Figura 17: Laboratório de Articulação e Integração - Proteção do território. *Crédito: Acervo do Encontro*

Laboratório de Articulação e Integração - Academia e o setor privado

O grupo apresentou propostas para fortalecer a articulação do Programa com universidades, instituições de pesquisa e empresas, buscando aproximar a produção de conhecimento das demandas do território e ampliar a participação do setor privado nas ações de conservação (Figura 18).

Entre as iniciativas a serem iniciadas, destacou-se a necessidade de relacionar a conservação da biodiversidade aos serviços ecossistêmicos e às práticas ESG, utilizando essa abordagem como elemento de conexão com as ações do Programa. Também foram propostas a criação de uma política de investimento social privado, a realização de ações de advocacy para o desenvolvimento de mecanismos financeiros e a adoção de instrumentos de certificação, como a Certificação LIFE e outras modalidades de certificação territorial e da biodiversidade.

O grupo recomendou fortalecer o diálogo com instituições como Tecpar e Finep, além de acompanhar prioridades e editais relacionados à ciência, tecnologia e inovação. Nas universidades, sugeriu-se ampliar a formação voltada à captação de recursos privados e ao desenvolvimento de estratégias de colaboração com empresas. Também foram propostas a busca ativa por oportunidades de *match funding*, a elaboração de um portfólio com demandas de conservação a ser apresentado ao setor privado e o desenvolvimento de fornecedores locais.

Foi ressaltada, ainda, a importância de detalhar melhor as condicionantes ambientais dos empreendimentos e articulá-las às demandas existentes no território, com participação do Programa na identificação e no direcionamento dessas necessidades. Outro ponto levantado foi a necessidade de definir com maior precisão os problemas a serem solucionados, favorecendo o alinhamento entre demandas territoriais, pesquisas e investimentos.



Como práticas a serem preservadas e ampliadas, foram indicadas a geração de conhecimento para apoiar a tomada de decisão e subsidiar políticas públicas, a democratização do acesso ao conhecimento, a promoção de fóruns de discussão e o fortalecimento do trabalho em rede.

Entre os aspectos a serem modificados, o grupo propôs tornar mais evidentes os benefícios proporcionados pela conservação e os custos associados à inação. Também recomendou a criação de processos participativos para apresentação dos resultados dos projetos e para o direcionamento de ações de comunicação e aplicação do conhecimento produzido.

Foram apontadas, ainda, a necessidade de maior articulação com o setor privado local para fomentar práticas sustentáveis; mais comunicação e transparência sobre os dados dos empreendimentos; e a ampliação do diálogo com atores situados nas interfaces dos temas de conservação. Nesse sentido, sugeriu-se envolver outros cursos e áreas acadêmicas nas discussões, como Sociologia, Engenharia Florestal, Geologia e Ecologia, ampliando a divulgação do Programa para além das áreas tradicionalmente ligadas ao meio ambiente.

Quanto ao que deveria ser interrompido, o grupo mencionou a realização de pesquisas esparsas ou pouco alinhadas aos objetivos do Programa Biodiversidade Litoral do Paraná, a falta de diálogo entre os diferentes atores e a sobreposição de pesquisas e iniciativas de monitoramento.

Durante o debate em plenária, destacou-se a importância de comunicar de maneira mais clara a relação entre conservação, serviços ecossistêmicos e ESG, considerando empresas de diferentes portes. Também foram mencionados o potencial de uma certificação territorial da biodiversidade, o fortalecimento das cadeias de fornecedores e produtores locais e a organização de um portfólio que reúna, de um lado, as demandas do setor privado e, de outro, as soluções e capacidades oferecidas pelo Programa e por seus parceiros. Por fim, reforçou-se a necessidade de intensificar o trabalho articulado em rede.

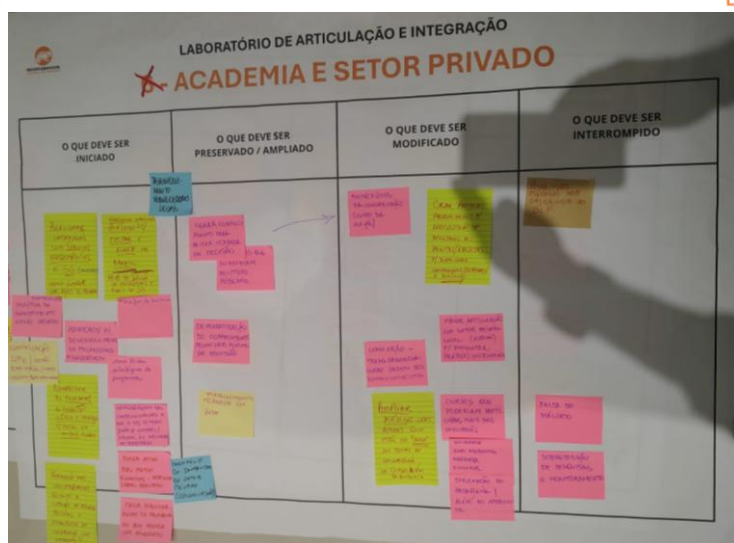


Figura 18: Laboratório de Articulação e Integração - Academia e o setor privado. *Crédito: Acervo do Encontro*

Laboratório de Articulação e Integração - Integração entre políticas

O grupo destacou a necessidade de ampliar a articulação entre políticas públicas, instrumentos de gestão territorial e espaços de governança, promovendo maior integração entre as diferentes escalas e instituições que atuam no litoral do Paraná (Figura 19).

Entre as iniciativas a serem iniciadas, foi proposta uma aproximação com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), com foco no fortalecimento da produção sustentável e na transição das atividades agrícolas. Também foram indicadas a previsão de contrapartidas nos projetos municipais e a oferta contínua de capacitação aos integrantes dos diferentes conselhos, incluindo conselhos municipais e conselhos de Unidades de Conservação.

Como ações a serem preservadas e ampliadas, foram mencionados o Fórum do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o Observatório do Litoral e os espaços de participação e discussão. O grupo ressaltou que esses espaços devem promover uma integração mais ampla, não restrita aos processos de licenciamento, e contar com agendas e pautas coletivas.

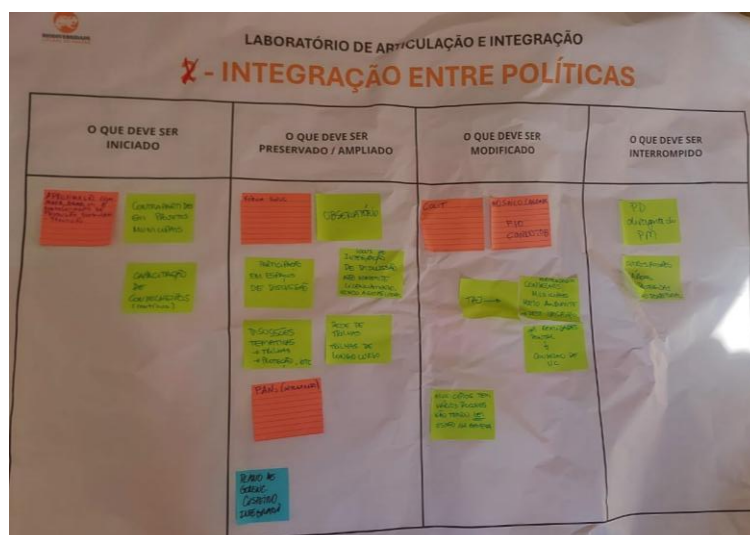
Também foi recomendada a continuidade das discussões temáticas relacionadas às trilhas, à proteção territorial e a outros assuntos comuns, bem como o fortalecimento de redes de trilhas de longo curso. A integração entre os Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) e a consolidação de um Plano de Gerenciamento Costeiro integrado também foram apontadas como estratégias importantes.

Entre os aspectos a serem modificados, o grupo indicou a necessidade de fortalecer espaços e instituições capazes de atuar como fios condutores da integração, como o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT), o Mosaico Lagamar e o próprio Programa Biodiversidade Litoral do Paraná. Também se destacou a importância de fortalecer os

conselhos municipais de meio ambiente, respeitando as diferentes realidades locais e ampliando sua participação nas decisões relacionadas às Unidades de Conservação e à gestão territorial.

O grupo observou, ainda, que diversos municípios possuem planos e instrumentos de planejamento que nem sempre estão devidamente integrados à legislação e ao sistema de gestão. Nesse sentido, recomendou-se melhorar a articulação entre esses instrumentos e assegurar sua aplicação de maneira coordenada.

Quanto ao que deveria ser interrompido, foram apontadas as divergências entre os Planos Diretores municipais e os Planos de Manejo das Unidades de Conservação, bem como as abordagens sobre áreas protegidas que não considerem uma visão territorial integrada. O grupo reforçou que o planejamento municipal e a gestão das Unidades de Conservação precisam ser compatibilizados, evitando contradições entre políticas e instrumentos que incidem sobre o mesmo território.



O QUE DEVE SER INICIADO	O QUE DEVE SER PRESERVADO / AMPLIADO	O QUE DEVE SER MODIFICADO	O QUE DEVE SER INTERROMPIDO
Elaboração de Plano Diretor Municipal (PDM) com foco em áreas protegidas Elaboração de Plano de Manejo (PM) das Unidades de Conservação (UCs) com foco em áreas protegidas Elaboração de Plano de Manejo (PM) das Unidades de Conservação (UCs) com foco em áreas protegidas	Elaboração de Plano Diretor Municipal (PDM) com foco em áreas protegidas Elaboração de Plano de Manejo (PM) das Unidades de Conservação (UCs) com foco em áreas protegidas Elaboração de Plano de Manejo (PM) das Unidades de Conservação (UCs) com foco em áreas protegidas	Elaboração de Plano Diretor Municipal (PDM) com foco em áreas protegidas Elaboração de Plano de Manejo (PM) das Unidades de Conservação (UCs) com foco em áreas protegidas Elaboração de Plano de Manejo (PM) das Unidades de Conservação (UCs) com foco em áreas protegidas	Elaboração de Plano Diretor Municipal (PDM) com foco em áreas protegidas Elaboração de Plano de Manejo (PM) das Unidades de Conservação (UCs) com foco em áreas protegidas Elaboração de Plano de Manejo (PM) das Unidades de Conservação (UCs) com foco em áreas protegidas

Figura 19: Laboratório de Articulação e Integração - Integração entre políticas. *Crédito: Acervo do Encontro*

Laboratório de Articulação e Integração - Cooperação entre projetos

O grupo ressaltou que a cooperação entre projetos deve partir de uma compreensão conjunta do território, de seus atores, desafios e instrumentos de gestão. Para isso, propôs iniciar o mapeamento das instituições e dos atores que atuam no litoral, definir linhas transversais associadas a temas estratégicos e utilizar os instrumentos de gestão das Unidades de Conservação como elementos norteadores das iniciativas (Figura 20).

Também foram indicadas a sistematização e divulgação de experiências bem-sucedidas, a disponibilização de dados e resultados com retorno às comunidades, a identificação dos principais gargalos e dificuldades enfrentados pelos projetos e a mediação de conflitos em territórios complexos. O grupo recomendou, ainda, identificar instituições e linhas de atuação que não estejam diretamente contempladas pelo Programa, mas que sejam necessárias às ações territoriais, como aquelas relacionadas à saúde e a outros temas intersetoriais.

Entre as novas iniciativas, foram propostas a criação de um grupo de trabalho de comunicação e a adoção de mecanismos de certificação da biodiversidade, como a Certificação LIFE, que podem contribuir para a continuidade e a sustentabilidade das ações.

Como práticas a serem preservadas e ampliadas, foram indicados o fortalecimento dos conselhos, reconhecidos como espaços importantes para a integração; a manutenção das articulações e da governança construídas no âmbito dos projetos; e a ampliação da divulgação dos projetos e de seus resultados.

O grupo também recomendou identificar projetos semelhantes ou complementares, buscando unificá-los ou estabelecer parcerias quando pertinente. Foram destacadas a realização de seminários de apresentação dos projetos apoiados ao Conselho Gestor do Programa, a promoção de encontros, oficinas e seminários de integração entre projetos e instituições, a participação de instituições como incubadoras de projetos e a divulgação de mais informações sobre as Unidades de Conservação.

Entre os aspectos a serem modificados, sugeriu-se que os editais estimulem explicitamente a cooperação interinstitucional e incluam a comunicação como componente obrigatório desde o planejamento dos projetos. Também foi proposta a consulta aos projetos cujas ações não tenham sido concluídas, mas apresentem potencial para serem incubadas, ajustadas ou continuadas.

Quanto ao que deveria ser interrompido, o grupo apontou os editais excessivamente específicos, que restringem a participação, dificultam abordagens integradas e reduzem as oportunidades de cooperação entre diferentes projetos e instituições.



O QUE DEVE SER INICIADO	O QUE DEVE SER PRESERVADO / AMPLIADO	O QUE DEVE SER MODIFICADO	O QUE DEVE SER INTERROMPIDO
1. Criar um grupo de trabalho de comunicação 2. Adotar mecanismos de certificação da biodiversidade 3. Fortalecer os conselhos 4. Manter as articulações e a governança 5. Ampliar a divulgação dos projetos 6. Identificar projetos semelhantes ou complementares 7. Realizar seminários de apresentação dos projetos 8. Promover encontros, oficinas e seminários de integração 9. Participar de instituições como incubadoras de projetos 10. Divulgar mais informações sobre as Unidades de Conservação	1. Fortalecer os conselhos 2. Manter as articulações e a governança 3. Ampliar a divulgação dos projetos 4. Identificar projetos semelhantes ou complementares 5. Realizar seminários de apresentação dos projetos 6. Promover encontros, oficinas e seminários de integração 7. Participar de instituições como incubadoras de projetos 8. Divulgar mais informações sobre as Unidades de Conservação	1. Editais excessivamente específicos 2. Restringir a participação 3. Dificultar abordagens integradas 4. Reduzir as oportunidades de cooperação	1. Editais excessivamente específicos 2. Restringir a participação 3. Dificultar abordagens integradas 4. Reduzir as oportunidades de cooperação

Figura 20: Laboratório de Articulação e Integração - Cooperação entre projetos. Crédito:
Acervo do Encontro



Laboratório de Articulação e Integração - Conhecimento e Dados



O último grupo apresentou propostas para organizar, integrar e ampliar o acesso aos dados e conhecimentos produzidos pelo Programa e pelas diferentes instituições que atuam no litoral do Paraná.

Entre as iniciativas a serem iniciadas, destacou-se a elaboração de uma política de dados do Programa Biodiversidade Litoral do Paraná, com a definição de critérios de gestão, curadoria, armazenamento, compartilhamento e disponibilização das informações. O grupo recomendou que cada projeto conte com uma pessoa responsável pela curadoria dos dados produzidos (Figura 21).

Também foram propostas a criação de um banco de dados integrado e de um painel de monitoramento do Programa, além da inclusão, nos editais e demais instrumentos de contratação, de orientações específicas para a gestão e o compartilhamento dos dados. Sugeriu-se ainda a realização de capacitações sobre organização e gerenciamento de dados, com conteúdos que possam ser gravados e disponibilizados no portal do Programa.

Como possíveis estruturas de apoio, foram mencionadas a articulação com o Ocean Hub e a Cátedra UNESCO, buscando ampliar a integração entre instituições, plataformas e iniciativas relacionadas à produção e à gestão do conhecimento.

Entre as ações a serem preservadas e ampliadas, foram citados o diagnóstico das bases de dados do GeoLitoral, a Infraestrutura de Dados Espaciais do GeoLitoral, as ferramentas de análise espacial e a integração das informações em uma lógica de rede. O grupo ressaltou a importância de aproveitar as estruturas e experiências já existentes, evitando a criação de sistemas isolados ou desconectados.

Quanto aos aspectos a serem modificados, destacou-se a necessidade de superar práticas fragmentadas de armazenamento e disponibilização das informações, assegurando infraestrutura adequada e procedimentos comuns para que os dados possam ser localizados, acessados e utilizados pelos diferentes atores.

Durante o debate, Jackson observou que muitos dados já são públicos e estão disponíveis em instituições como o Departamento de Economia Rural (Deral), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). Assim, o principal esforço necessário seria reunir, sistematizar e integrar essas informações.

Eduardo Vedor lembrou que a primeira fase do GeoLitoral já realizou um levantamento de informações e ressaltou a importância de identificar quais dados devem ser priorizados e fortalecidos. Também destacou a necessidade de definir previamente os indicadores e resultados que se pretende alcançar, para que a produção e a organização dos dados estejam vinculadas aos objetivos do Programa.

Como encaminhamento, foi acordada a realização de uma reunião específica para aprofundar a discussão sobre a gestão de dados do Programa e definir os próximos passos para a estruturação dessa política.

LABORATÓRIO DE ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO
X - DADOS E CONHECIMENTO

O QUE DEVE SER INICIADO	O QUE DEVE SER PRESERVADO / AMPLIADO	O QUE DEVE SER MODIFICADO	O QUE DEVE SER INTERROMPIDO
ESTABELECER POLÍTICA DE DADOS DO PROJETO Políticas de gestão de dados (e armazenamento) Plano de monitoramento IAJ Curso de E-Data para o IAJ Escola de Conservação Ambiental Capacitação (curso obrigatório) antes da reunião final	Desenvolvimento de Banco de Dados funcional IDC funcional Plano Análise Espacial Integração (lógica de dados) no		Políticas de armazenamento (no local) e sincronização Desenvolvimento de 2ª ferramenta

Figura 21: Laboratório de Articulação e Integração - Conhecimento e Dados. Crédito: Acervo do Encontro

2.3. 17h30 - Encerramento do segundo dia

Após a apresentação do último grupo, Márcio consultou a plenária sobre eventuais contribuições ou considerações adicionais. Não havendo novas manifestações, agradeceu a participação de todos e deu por encerradas as atividades do segundo dia do Encontro.

3. Dia 3 — sexta-feira, 14 de agosto

3.1. 9h15 - Abertura do terceiro dia e apresentação da programação

Márcio Ranauro deu início ao terceiro e último dia do Encontro, apresentando a programação prevista e as atividades que seriam desenvolvidas ao longo do período.

Na sequência, introduziu a Clínica de Gestão, atividade destinada à elaboração de estratégias, ações de alinhamento e recomendações para a qualificação das iniciativas do Programa. Para o desenvolvimento da dinâmica, os participantes foram organizados em três grupos, dedicados aos seguintes temas:

1. Captação e Sustentabilidade;
2. Monitoramento do Programa e Acompanhamento dos Projetos;
3. Comunicação e Integração com o Entorno.

Cada grupo foi orientado a discutir três questões: os avanços já alcançados no tema; as oportunidades de melhoria; e os bons exemplos ou casos de sucesso que poderiam contribuir para o aprimoramento das ações do Programa.



Clínica de Gestão - Captação e Sustentabilidade



O primeiro grupo, representado por Natasha Choinski, apresentou os resultados da discussão sobre Captação e Sustentabilidade. Como avanços, destacou-se principalmente o modelo de governança estabelecido pelo Programa, considerado uma referência para a articulação de instituições, projetos e recursos no território. Também foram mencionadas a incorporação de estratégias de monitoramento e avaliação nos editais e a adoção de uma lógica de gestão territorial (Figura 22).

Entre as oportunidades de melhoria, o grupo apontou a necessidade de ampliar e diversificar as fontes de financiamento, aproximando o Programa de novos parceiros, como Itaipu, Fundação Grupo Boticário e outras instituições públicas e privadas. Também foi sugerida a busca por mecanismos de *match funding*, permitindo combinar recursos do Programa com valores provenientes de outros fundos e editais.

A discussão ressaltou que novas parcerias podem contribuir não apenas para a captação direta de recursos para o Programa, mas também para atender demandas territoriais que não estejam contempladas em seu escopo. Entretanto, destacou-se que iniciativas financiadas por outras fontes devem estar articuladas à governança existente, evitando ações isoladas ou intervenções que possam gerar novos conflitos no território.

Foram propostas, ainda, a elaboração de uma estratégia de captação de recursos, a identificação de demandas e atores do território, a realização de capacitações para elaboração de projetos e captação de recursos privados, além da criação de centros ou oportunidades de aceleração de tecnologias. Também foi mencionada a possibilidade de apoiar organizações locais para que se tornem mais autônomas e atuem como instituições aglutinadoras ou incubadoras de iniciativas.

O grupo indicou como oportunidades o fortalecimento do ICMS Ecológico e a utilização de outros instrumentos econômicos, como certificações, créditos de biodiversidade e mecanismos de valoração dos serviços ecossistêmicos. Natasha ponderou que os créditos de carbono podem apresentar limitações para determinadas áreas de Mata Atlântica, mas que outros mecanismos associados à biodiversidade podem oferecer oportunidades relevantes.

Também foi ressaltada a necessidade de ampliar a participação do Estado e dos municípios no Conselho Gestor e nos Grupos de Trabalho do Programa, ainda que na condição de observadores, bem como promover encontros temáticos com maior frequência. A aproximação com as redes e estruturas territoriais existentes foi apontada como estratégia para fortalecer a governança e a sustentabilidade das ações.

Entre os bons exemplos e casos de sucesso, foram mencionados o estabelecimento da AIFA, as redes de monitoramento e de governança de dados, a Rede PPPEA, a articulação dos Planos de Ação Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs), a formação dos conselheiros das Unidades de Conservação e os editais de biodiversidade associados à Certificação LIFE.

A Grande Reserva Mata Atlântica foi citada como exemplo de rede consolidada e de atuação em formato de *hub*, com potencial para fortalecer o uso público das Unidades de Conservação. Também foram destacadas experiências de parceria público-privada, iniciativas de *match funding* com outros fundos e editais e modelos que articulam governança de dados e fundos para inovação.

Durante o debate, foi lembrado que alguns projetos já desenvolvem ações de capacitação relacionadas a demandas recorrentes apresentadas pelos gestores do Instituto Água e Terra. Jackson também recomendou explicitar a relação das ações do Programa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, identificando para quais ODS o Programa contribui e de que maneira.

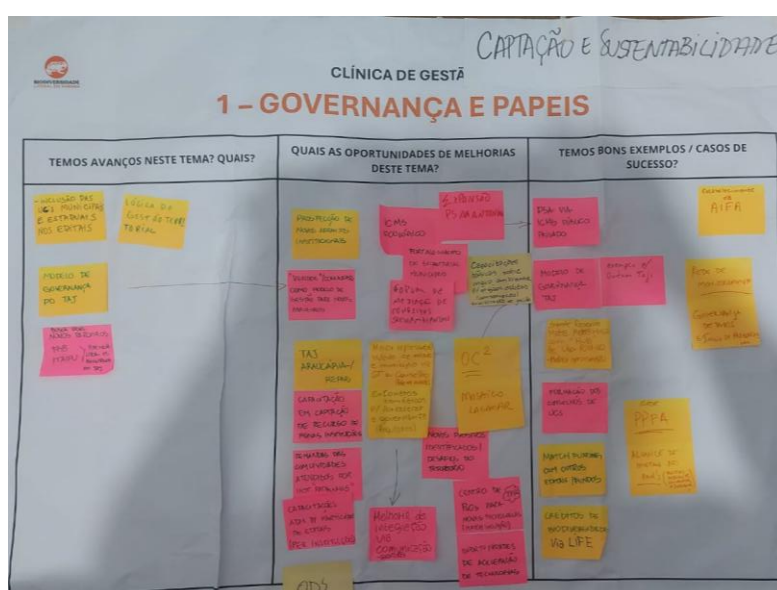


Figura 22: Clínica de Gestão - Captação e Sustentabilidade. Crédito: Acervo do Encontro

Clínica de Gestão - Monitoramento do Programa e Acompanhamento dos Projetos

O segundo grupo apresentou os resultados da discussão sobre Monitoramento do Programa e Acompanhamento dos Projetos. Entre os avanços, foram destacados os seminários de acompanhamento, a disponibilização dos relatórios dos projetos no site do Programa e a própria existência de uma plataforma institucional para reunir informações e documentos (Figura 23).

Como oportunidades de melhoria, o grupo recomendou ampliar a participação nos seminários, envolvendo coordenadores de outros projetos, gestores e equipes das Unidades de Conservação. Também sugeriu divulgar as atividades com maior abrangência, inclusive por meio de transmissões pelo YouTube, fortalecendo a transparência e permitindo a participação de outros interessados. As datas deveriam ser informadas com maior antecedência e os encontros poderiam ocorrer em intervalos regulares.

Em relação ao monitoramento, foi proposta a seleção de indicadores quantitativos e qualitativos mais abrangentes, capazes de acompanhar não apenas a execução das atividades,



mas também os resultados e impactos dos projetos para a conservação. Como referência, foram mencionadas as metas utilizadas pela Certificação LIFE. O grupo também recomendou padronizar os critérios de análise, reduzindo a subjetividade das avaliações.

Os relatórios dos projetos poderiam ser mais objetivos, com formulários simplificados, campos direcionados e informações organizadas de modo a facilitar a análise. Sugeriu-se melhorar o fluxo de informações para o Conselho Gestor, utilizar plataformas mais funcionais — como o SisGEO, da Fundação Grupo Boticário — e disponibilizar, em uma área de transparência, os relatórios dos projetos e os documentos do Conselho.

Quanto aos Planos de Acompanhamento e Monitoramento (PAMs), o grupo reconheceu sua utilidade, mas indicou a necessidade de ajustes. Entre as propostas estiveram a sistematização das informações, a criação de formulários específicos e a geração de gráficos periódicos. Também foi discutida a frequência do acompanhamento: o preenchimento mensal seria importante no início e no encerramento dos projetos e para iniciativas com atrasos, enquanto projetos em andamento regular poderiam apresentar informações a cada dois ou três meses.

Foi ainda apontada a necessidade de aprimorar a integração entre os sistemas utilizados pelas instituições; melhorar os canais de comunicação; contratar pessoal para reforçar o setor de compras do Funbio e reduzir o tempo dos processos; e aperfeiçoar os mecanismos destinados a prevenir conflitos de interesses.

Entre os exemplos positivos, foram mencionados os seminários de acompanhamento, a comunicação frequente sobre as ações em execução, o monitoramento das aplicações financeiras, a utilização de mecanismos para evitar desvios de finalidade e as aquisições destinadas às prefeituras realizadas diretamente pelo Funbio, sem o repasse direto dos recursos aos governos municipais.

Durante o debate, Maria Carolina reforçou a importância de padronizar a análise dos projetos. Daniela informou que os seminários seriam retomados em setembro, com abertura à participação de todos os executores, e que a ferramenta de acompanhamento seria revisada. Também explicou que os modelos de relatórios já haviam passado por alterações com base nas lições aprendidas, buscando evitar documentos excessivamente extensos e tornar o acompanhamento mais objetivo.

Em relação aos conflitos de interesses, foi esclarecido que os participantes das avaliações assinam declarações específicas e que as instituições proponentes não participam da análise de seus próprios projetos ou em processos em que a instituição participou. Nas discussões do Conselho Gestor, representantes de instituições com projetos em avaliação se retiram no momento da deliberação e mesmo discussão. Também foi observado que o território possui um número limitado de organizações com o perfil técnico e capacidade necessários para captar recursos de montante mais alto, razão pela qual instituições integrantes do Conselho também apresentam propostas ao Programa. A composição do Conselho Gestor, contudo, está definida no Termo de Ajustamento de Conduta e não pode ser alterada.

acompanhamento projetos

CLÍNICA DE GESTÃO

4 - MONITORAMENTO DO PROGRAMA

TEMOS AVANÇOS NESTE TEMA? QUAIS?	QUAIS AS OPORTUNIDADES DE MELHORIAS DESTE TEMA?	TEMOS BONS EXEMPLOS / CASOS DE SUCESSO?
<i>Dependências do sistema de monitoramento</i> <i>Site do BLP</i> <i>Seminário de acompanhamento</i>	SCENARIOS: - Participação dos agentes ambientais existentes (mais próximos) - Participação dos agentes existentes (mais próximos) - Participação dos agentes existentes (mais próximos) SCENARIOS: - Participação dos agentes existentes (mais próximos) - Participação dos agentes existentes (mais próximos) - Participação dos agentes existentes (mais próximos) SCENARIOS: - Participação dos agentes existentes (mais próximos) - Participação dos agentes existentes (mais próximos) - Participação dos agentes existentes (mais próximos)	<i>Seminário</i> <i>Monitoramento dos projetos</i> <i>Agências de monitoramento</i> <i>Agências de monitoramento</i> <i>Agências de monitoramento</i>

Figura 23: Clínica de Gestão - Monitoramento do Programa e Acompanhamento dos Projetos. Crédito: Acervo do Encontro

Clínica de Gestão - Comunicação e Integração com o Entorno

O terceiro grupo apresentou os resultados da discussão sobre Comunicação e Integração com o Entorno. Entre os avanços, foram destacados a criação e o fortalecimento dos conselhos, a formação de uma equipe de comunicação vinculada ao Programa e a realização de ações de integração no território. Essas iniciativas foram reconhecidas como importantes para ampliar a participação, aproximar instituições e comunidades e dar visibilidade às ações desenvolvidas (Figura 24).

Como oportunidades de melhoria, o grupo apontou a necessidade de promover maior integração entre comunicação, educação ambiental e ações socioambientais, incorporando a comunicação de maneira transversal às iniciativas do Programa. Também foi sugerida a inclusão da educação ambiental nos projetos de monitoramento e a previsão de ações de comunicação como componente obrigatório nos editais.

O grupo recomendou revisar, atualizar e publicar o Plano de Comunicação do Programa, com estratégias voltadas à sociedade em geral e ao engajamento das comunidades locais. Também foi proposta a ampliação da comunicação para além dos públicos já envolvidos com a conservação, buscando alcançar novos segmentos e “furar bolhas”.

Entre os públicos prioritários, destacou-se o público infantil, por meio de campanhas educativas em escolas e do uso de novas mídias e plataformas, como YouTube, Instagram e Facebook. Também foi sugerido desenvolver atividades com mulheres e crianças nos territórios, com conteúdos e linguagens adequados às diferentes realidades locais.



Foram recomendadas a criação de um comitê para a gestão de crises e situações emergenciais; a elaboração de estratégias de comunicação e relacionamento com influenciadores e outros formadores de opinião; e a valorização de ações de voluntariado e ciência cidadã.

O grupo propôs ainda a criação de um canal de atendimento do Programa, além de um fluxo direto entre a equipe de comunicação do Programa e seus parceiros para disponibilizar informações, posicionamentos e materiais de apoio. Também foi indicada a elaboração de um catálogo de fontes para a imprensa, facilitando o contato de jornalistas com especialistas nos diferentes temas relacionados à biodiversidade e ao território.

Outras propostas incluíram a divulgação das Unidades de Conservação nas estradas, respeitando as competências do Departamento de Estradas de Rodagem; a ampliação da presença do Programa na imprensa local, em rádios, WhatsApp, redes sociais e outros canais; e a realização de capacitações para jornalistas e comunicadores sobre conservação da biodiversidade.

Também foram sugeridas ações para estimular a geração de empregos verdes e promover o reconhecimento das atividades profissionais vinculadas à conservação. A divulgação dos serviços ambientais e ecossistêmicos foi indicada como estratégia para aproximar o tema da realidade da população e demonstrar os benefícios proporcionados pela conservação.

Entre os bons exemplos e casos de sucesso, foram mencionados a Rede PPPEA e suas ações em Guaratuba, os diálogos promovidos nos conselhos das Unidades de Conservação, os núcleos socioambientais da Itaipu, os conselhos consultivos existentes no território e a iniciativa Um Dia no Parque.

A comunicação da Grande Reserva Mata Atlântica foi citada como uma experiência positiva de construção de identidade e atuação em rede. Também foram destacadas a campanha Salve a Ilha do Mel, o Programa Escolas Azuis, as ações desenvolvidas por Agentes Temporários Ambientais do ICMBio, a produção de documentários e vídeos e os cursos de comunicação para a conservação e de *media training*.

Foram ainda mencionadas possibilidades de parceria com companhias aéreas e outras empresas para a divulgação de projetos, vídeos, textos e documentários, ampliando o alcance das mensagens relacionadas à conservação.

Durante o debate, Daniela informou que o Programa pretende avançar para uma abordagem mais estratégica da comunicação. Tati destacou a experiência do Mar Maré e seu potencial de sensibilização ambiental, especialmente pela inserção nas escolas. Camila Domit lembrou outras redes e políticas públicas que podem ser articuladas ao Programa, como a RECOE, a Rede PPPEA e os núcleos mantidos pela Itaipu. Condé apresentou a Escola de Conservação da Natureza, da SPVS, como uma oportunidade de aproximar os jovens das profissões e possibilidades de atuação na área ambiental. Por fim, Rosan reforçou a importância de comunicar os serviços ambientais e ecossistêmicos de forma acessível à sociedade.



Figura 24: Clínica de Gestão - Comunicação e Integração com o Entorno. Crédito: Acervo do Encontro

3.2. 12h15 - Encerramento do Encontro

Ao final das apresentações, Márcio Ranauro agradeceu à equipe responsável pela organização e a todos os participantes pela presença e pelas contribuições ao longo dos três dias. Na sequência, convidou Ariel Scheffer para realizar a fala de encerramento.

Ariel destacou a complexidade do território e dos desafios enfrentados pelo Programa, avaliando que, apesar disso, o processo tem avançado de forma consistente. Ressaltou que o Programa Biodiversidade Litoral do Paraná já constitui uma referência nacional e possui potencial para se tornar um exemplo ainda mais relevante para o Brasil, especialmente a partir do fortalecimento do registro e da sistematização dos avanços alcançados.

Também reconheceu os desafios relacionados à governança de uma iniciativa dessa dimensão e agradeceu à equipe do Funbio, em nome de Daniela, pelo trabalho desenvolvido. Estendeu os agradecimentos aos integrantes do Conselho Gestor, pelas diferentes perspectivas e contribuições oferecidas ao Programa, bem como às instituições parceiras e demais participantes.

Por fim, Ariel reconheceu que ainda existem aspectos a serem aperfeiçoados, mas reforçou que o Programa tem demonstrado capacidade de aprendizado e aprimoramento contínuo. Com essa mensagem, foram encerradas as atividades do II Encontro Presencial do Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná (Figura 25).



Figura 25: Participantes do II Encontro Presencial do Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná – Gestores de Unidades de Conservação e convidados.

Crédito: Felipe Nunes

4. Resumo dos encaminhamentos:

Item	Encaminhamentos
1.	Padronização dos dados nos editais - Incluir nos editais um padrão para organização e entrega dos dados. - Disponibilizar no GeoLitoral os dados produzidos a cada campanha realizada.
2.	Seminários sobre instrumentos de educação ambiental Realizar seminários para discutir os instrumentos de educação ambiental e de gestão das Unidades de Conservação, incluindo o PPPEA e os termos de compromisso.
3.	Instalação de energia e ocupações em áreas protegidas - Organizar uma sala de situação com a Copel. - Realizar uma reunião entre os gestores de Unidades de Conservação e o Ministério Público Federal para estabelecer recomendações sobre como proceder.
4.	Política e gestão de dados do Programa - Criar um Grupo de Trabalho para elaborar a Política de Dados do Programa. - Agendar uma reunião específica para iniciar a discussão e estruturar a gestão dos dados.

5.	Grupo de Trabalho de Comunicação • Criar um GT para fortalecer e articular a comunicação entre os projetos.
----	--

Anexo I: Listas de presença

Anexo II: Resultado da avaliação dos participantes quanto ao evento

LISTA DE PRESENÇA CONSOLIDADA

II Encontro Presencial do Programa de Conservação da Biodiversidade do Litoral do Paraná – Gestores de Unidades de Conservação e Convidados

Ekoka Park – Morretes/PR | 12 a 14 de agosto de 2026

Nº	Nome	Instituição	12/ago	13/ago	14/ago
1	Alan Lessa	Instituto Água e Terra	X	X	X
2	Ana Saupe	ICMBio – GR5 – Conselho Gestor	X	X	X
3	Anne Zugman	Mater Natura – Conselho Gestor	X	X	X
4	Ariel Scheffer da Silva	Instituto Federal do Paraná – presidente Conselho Gestor	X	X	X
5	Astério Soria Heidemann	Prefeitura Guaratuba	X	X	X
6	Camila Domit	UFPR – Conselho Gestor	X	X	X
7	Camila Moreira Batatinha de Souza	Instituto Água e Terra	X	X	X
8	Camile Lugarini	ICMBio – NGI Antonina – Conselho Gestor	X	X	
9	Carlos Renato de Azevedo	ICMBio – NGI Curitiba – Conselho Gestor	X	X	X
10	Célia Cristina Lima Rocha	Instituto Água e Terra	X	X	X
11	Dailey Fisher	Consultora convidada	X	X	X
12	Daniela Leite	FUNBIO	X	X	X
13	Edgar Fernandez	Prefeitura de Guaratuba	X	X	X
14	Eduardo Vedor	UFPR - LAGEAMB		X	X
15	Elenise Sipinski	SPVS	X	X	X
16	Felipe Nunes	Fotógrafo - Depósito	X		
17	Gabriel Camargo de Macedo	Instituto Água e Terra	X	X	X
18	Guilherme Aquino Graviesz	Polícia Federal	X	X	

19	Jackson Cesar Bassfeld	Prefeitura Pontal do Paraná	X	X	X
20	Jean Alex	Instituto Água e Terra	X	X	X
21	Jéssica Amaral	Jornalista - Depropósito	X		
22	Juliana Vitulskis	Mater Natura – comunicação	X	X	X
23	Karoline Diniz	Convidada FUNBIO	X	X	
24	Lara Gama Vidal	Consultora Programa	X	X	X
25	Larissa Mariana de Souza Salomão	Instituto Água e Terra	X	X	X
26	Leonardo Bueno	Instituto Meros do Brasil	X	X	X
27	Luana Fonseca Castanheira e Costa	ICMBio	X	X	X
28	Manuela Muanis	FUNBIO	X		
29	Márcio Ferla	ICMBio – NGI Matinhos	X	X	
30	Márcio Ranauro	Moderador	X	X	X
31	Maria Carolina Portes	ICMBio – NGI Curitiba – Conselho Gestor	X	X	X
32	Mariana Gogola	Consultora Monitoramento - Programa	X	X	
33	Mariana Lacerda	Apoio evento	X	X	X
34	Marina Gomes Rampim	Instituto Água e Terra	X	X	X
35	Matheus Freitas	Instituto Meros do Brasil	X	X	X
36	Monique Cheker	Ministério Público Federal	X	X	
37	Natacha Sobanski	UFPR - LAGEAMB		X	X
38	Natasha Choinski	SPVS – vice presidente Conselho Gestor	X	X	X
39	Pablo Borges	UNESPAR – Conselho Gestor	X	X	X
40	Paulo Fernando Maier Souza	ICMBio NGI Matinhos – Conselho Gestor	X	X	
41	Rafael dos Passos	Guarda Municipal de Paranaguá	X	X	X
42	Reginaldo Antunes Ferreira	SPVS	X	X	X
43	Ricardo Peng	ICMBio – GR5 – Conselho Gestor	X	X	X
44	Roberto Fusco	IPEC	X	X	X

45	Rodrigo Condé	SPVS	X	X	X
46	Rodrigo Delonga	Prefeitura Paranaguá	X	X	X
47	Rodrigo Filipak Torres	ICMBio – NGI Matinhos – Conselho Gestor	X	X	X
48	Rogério Cabral	Consultor em Gestão - Programa	X	X	X
49	Rosan Fernandes	Consultor Biodiversidade - Programa	X	X	X
50	Shanna Bittencourt	ICMBio	X	X	
51	Tatiane Combi	UFPR	X	X	X